

## Quem disse ?

«O sistema fiscal carece de urgente revisão, por forma a garantir uma maior equidade social e responsabilização colectiva»

**Jorge Sampaio**  
Assembleia da República  
25 de Abril

**ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA**

Nº1062 • 4 MAIO 2000 • SEMANAL • 100\$ - 0,5 €

# ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



### Governo decreta requisição civil

#### Greves na CP desrespeitaram serviços mínimos

O Conselho de Ministros decidiu quarta-feira proceder à requisição civil na CP, porque a greve decretada pelo sindicato dos maquinistas não estava a respeitar minimamente a exigência de serviços mínimos de 30 por cento, tornando a vida de milhares de pessoas numa autêntico calvário e colocando seriamente em causa interesses vitais da economia nacional.

Explicando as razões da decisão assumida pelo Conselho de Ministros, Jorge Coelho lembrou que começa a haver da parte da população «um sentimento complicado» na sequência de tantas greves, porque ficam «dias a fio sem transportes, prejudicando gravemente o respectivo direito ao trabalho e a fazerem-se deslocar. O Governo assume as suas responsabilidades numa situação em que a vida das pessoas se está a tornar num verdadeiro calvário», sublinhou o ministro da Presidência e do Equipamento Social.

Com esta medida, que teve efeitos imediatos, são requisitados os trabalhadores da CP aderentes à greve, visando que prestem serviço nas suas funções habituais. Enquanto durar a requisição civil, os trabalhadores ficam sujeitos ao regulamento disciplinar da administração pública, tendo o Conselho de Administração da CP competência para levantar processos disciplinares em relação a eventuais infractores da requisição civil.

Jorge Coelho garantiu ainda que não foi colocado em causa o direito à greve, porque a requisição civil está prevista na lei, tendo em vista a possibilidade de acautelar o transporte de mercadorias e do tráfego de passageiros suburbanos. «Não podemos permitir que se coloquem em causa os interesses vitais da economia nacional», justificou ainda o ministro da Presidência e do Equipamento Social.



### Sessão solene comemorativa do 25 de Abril

## Sampaio condena demagogia e apela à mobilização de vontades

Na sessão solene comemorativa do 25 de Abril, na Assembleia da República, Jorge Sampaio deixou bem claro que não abdicará de pronunciar-se sobre os grandes temas que se colocam ao Estado, à economia, à sociedade e na defesa dos valores da liberdade e da igualdade. Dentro dos limites colocados pela Constituição da República à sua acção, o chefe de Estado explicou que é seu dever abrir caminhos a novas soluções, estimular consensos, mobilizar as vontades institucionais e apelar à participação. No seu discurso, o Presidente da República também condenou as «pulsões» demagógicas na vida política – que apenas servem para descredibilizar o regime democrático -, bem como as manifestações promovidas por agentes da PSP. Apelou ainda para a aceleração de reformas nas Forças Armadas e em sectores como a fiscalidade, a saúde e a educação.

### Política

#### Primeiro-ministro recebido em euforia pelos timorenses Guterres apela aos poderosos do mundo – «Ajudem o progresso de Timor-Leste»



O primeiro-ministro recebeu verdadeiros banhos de multidão em Timor-Leste. Antes de regressar a Portugal, António Guterres fez um veemente apelo aos países mais ricos e poderosos do mundo, no sentido de que apoiem o progresso e o desenvolvimento do território. O chefe do Governo teve ainda a oportunidade de elogiar a forma como as Forças Armadas estão a assegurar a liberdade e a segurança no território.

### ps em Movimento

#### Convenção Nacional de Autarcas Guterres queixa-se da oposição e de alguns socialistas



O camarada António Guterres queixou-se no dia 29 do que considerou uma «campanha sistemática» da oposição, por vezes «com a cumplicidade» de socialistas, contra a sua figura, devido às suas ausências de Portugal no âmbito da presidência da União Europeia.



## Abril e a cidadania

Na sua intervenção na Assembleia da República, durante a sessão comemorativa do 25 de Abril, o Presidente da República voltou a realçar os «relevantes serviços» que as Forças Armadas têm prestado a Portugal.

Sublinhando a coragem e a lucidez de quem fez a Revolução, Jorge Sampaio referiu que só a partir da instauração da Liberdade e da Democracia foi possível o «pleno desenvolvimento da cidadania». Foi o 25 de Abril que «deu a todos os portugueses o poder para debaterem e decidirem em Liberdade o seu destino colectivo», salientou. Para Sampaio «o destino de Portugal depende de todos os portugueses, do seu esforço e trabalho mas também da sua capacidade de interpretar o presente, de preparar o futuro, de participar nas escolhas, sabendo olhar para além da conjuntura e combatendo o crescente conformismo que se abate sobre as sociedades contemporâneas. Só assim é possível requalificar a cidadania, que traduz e resulta da participação na vida colectiva do País».

Por isso, os desafios que hoje se colocam ao Estado prendem-se com a sua capacidade evolutiva face a uma sociedade cada vez mais exigente e diversificada. O Estado, afirma, não pode mover-se, na sua acção, a um ritmo inferior ao da evolução da economia e da sociedade. Tem de saber estar constantemente aberto à inovação, à adaptação a novas funções que lhe são exigidas e a prescindir de algumas que se tornaram supérfluas.

Referindo-se à nova economia de mercado em que vivemos hoje, Sampaio mostrou-se preocupado com a eventual falta de funcionamento das instâncias de controlo e regulação do Estado, porque, frisou, «não creio que os portugueses se revejam numa crescente evolução corporativa da sociedade». É que em lugar do reforço dos instrumentos de defesa e realização dos direitos individuais dos cidadãos e dos interesses comuns, essa evolução representa uma tendência para a satisfação de interesses de grupo cada vez menos sensíveis à necessidade de contratuar políticas

com o objectivo de combater desigualdades e satisfazer as aspirações colectivas. Por isso, para o Presidente da República, só um Estado e uma democracia fortes, com uma estratégia de modernização clara são capazes de assegurar a eficaz regulação dos interesses contraditórios, ainda que legítimos, e dos equilíbrios indispensáveis à defesa dos interesses colectivos.



### TORRES COUTO LANÇA ULTIMATO E RECLAMA DEMISSÃO

O órgão de informação do PS dava grande realce na sua edição de 6 de Maio de 1982 à festa-comício realizada pela UGT no Parque Eduardo VII por ocasião do Dia do Trabalhador, que contou com a presença de milhares de trabalhadores. O então líder da UGT, Torres Couto, na sua intervenção, tecia violentas críticas à política económica e social do Governo da AD, deixando um ultimato: «Ou o Governo muda já a sua política ou a UGT exigirá a sua demissão.»

No seu discurso, o líder da UGT não poupou em críticas o patronato e a sua organização CIP.

Torres Couto exortou os empresários a assumirem modelos de gestão moderna respeitando os direitos dos trabalhadores. Pelos vistos, parece que esta recomendação não foi ouvida por grande parte dos visados.

A tentação do lucro fácil, a qualquer preço, passando por cima da legislação laboral, parece continuar a ser grande. J. C. C. B.

6 de Maio

Quem disse?

«A autogestão é um dos caminhos a seguir para minimizar o problema do desemprego»

Marcelo Curto



### Ambiente Cidades «livres» de carros

No próximo dia 22 de Setembro, Lisboa, Porto, Aveiro, Sintra, Leiria e Évora serão «cidades portuguesas livres de carros», no âmbito da iniciativa europeia que pretende afastar os veículos dos centros urbanos.

A ideia foi apresentada na passada sexta-feira, dia 28, na capital portuguesa pelo ministro do Ambiente, José Sócrates.

«Na cidade sem o meu carro» é a designação do dia adoptado pela Comissão Europeia que visa sensibilizar os cidadãos para a necessidade da qualidade do espaço em que vivem e trabalham e de diminuir o número de carros nas cidades, optando por outras alternativas. Os problemas de mobilidade urbana, a que estão associadas a contaminação do ar e o ruído, são as razões base da iniciativa, à qual aderiram já centenas de cidades dos Quinze (à excepção da Holanda e da Suíça). Transportes públicos, bicicletas, veículos



ecológicos ou simplesmente andar a pé são as alternativas apresentadas aos cidadãos para 22 de Setembro e nas quais algumas das autarquias portuguesas aderentes estão já a trabalhar. Nas cidades que aderiram à iniciativa o ano passado, registou-se uma diminuição de 50 por cento do ruído e uma considerável redução da contaminação causada pelo trânsito, entre 20 a 50 por cento, consoante as cidades.

### Desenvolvimento sustentável Até 2002 Portugal deve avaliar indicadores

O diagnóstico da evolução da qualidade do ar, do consumo de energia ou das espécies existentes é uma das tarefas que Portugal traz da VIII sessão da Comissão do Desenvolvimento Sustentável da ONU, a decorrer em Nova Iorque.

Trata-se de definir os chamados indicadores de desenvolvimento sustentável - compatível com o ambiente - , necessários para fazer a análise pormenorizada da situação nacional, que permita chegar a conclusões quanto à evolução do País.

O trabalho é essencial para preparar a cimeira de chefes de Estado marcada para 2002 - na qual serão avaliados os compromissos assumidos pelos países na conferência do Rio de Janeiro, realizada em 1992 -, e cujo tema central está ainda em discussão em Nova Iorque.

A ligação entre a diminuição da pobreza e o desenvolvimento sustentável ou a globalização são as temáticas propostas, estando igualmente por definir o local da conferência, embora a África do Sul receba um grande apoio, dado ser um país em desenvolvimento.

Da sessão, que decorrerá até amanhã, espera-se a definição de um programa de acção sobre o uso sustentável da terra e da agricultura, bem como a definição da forma como os recursos financeiros são canalizados de maneira efectiva para o desenvolvimento.

Em cima da mesa está ainda uma recomendação para a criação de um Fórum das Florestas com poder vinculativo, uma decisão que fica agora nas mãos do Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC).

### Trinta e um quilos de cocaína apreendidos no aeroporto de Lisboa

Elementos da alfândega do aeroporto de Lisboa apreenderam nos últimos dias 31 quilogramas de cocaína transportados por passageiros procedentes da América do Sul, anunciou no dia 28 o Ministério das Finanças. Em comunicado, o ministério refere que as apreensões ocorreram entre os dias 20 e 25 de Abril, tendo a droga sido encontrada

dissimulada em fundos falsos de malas, no interior de embalagens de bebidas e de peças metálicas.

A cocaína apreendida, uma vez introduzida no consumo, daria para cerca de 310 mil doses, adianta a nota, sem contudo revelar quantas pessoas foram detidas e quais as suas nacionalidades.

## SAMPAIO CONDENA DEMAGOGIA E APELA À MOBILIZAÇÃO DE VONTADES

**Na sessão solene comemorativa do 25 de Abril, na Assembleia da República, Jorge Sampaio deixou bem claro que não abdicará de pronunciar-se sobre os grandes temas que se colocam ao Estado, à economia, à sociedade e na defesa dos valores da liberdade e da igualdade. Dentro dos limites colocados pela Constituição da República à sua acção, o chefe de Estado explicou que é seu dever abrir caminhos a novas soluções, estimular consensos, mobilizar as vontades institucionais e apelar à participação. No seu discurso, o Presidente da República também condenou as «pulsões» demagógicas na vida política – que apenas servem para descredibilizar o regime democrático –, bem como as manifestações promovidas por agentes da PSP. Apelou ainda para a aceleração de reformas nas Forças Armadas e em sectores como a fiscalidade, a saúde e a educação.**



**A** intervenção do Presidente da República marcou a sessão solene comemorativa do 25 de Abril de 1974 e foi longamente aplaudida pelos deputados do Grupo Parlamentar do PS. Fazendo uma análise da actual realidade nacional, o chefe de Estado disse recusar a ideia de que «o País se encontre num impasse. Tenho consciência que estamos perante novos patamares de exigência e de expectativas por parte dos portugueses a que é necessário dar resposta urgente. Existe uma consciência pública mais aguda quanto à necessidade de acção política sobre a dimensão de muitas desigualdades e problemas que subsistem na sociedade portuguesa. Mas, em democracia, existem sempre soluções», frisou Jorge Sampaio. Também na parte final do seu discurso, o Presidente da República fez uma alusão à forma como procurou exercer o seu primeiro mandato no Palácio de Belém. «Se bem que, entre nós, o Presidente da República não governe nem se corresponsabilize pelo cumprimento de um programa de acção governativa, sempre entendi ser meu dever intervir nos grandes temas que se colocam ao Estado, à economia, à sociedade, na defesa dos valores da liberdade e da igualdade em que assenta a democracia portuguesa. Exclusivamente orientado pela prossecução dos fins constitucionais e pelo interesse nacional, a minha preocupação essencial tem sido abrir caminhos a novas soluções, estimular consensos, mobilizar as vontades institucionais, apelar à participação. Tenho-o sempre feito numa perspectiva positiva de combate à

passividade ou ao fatalismo, e de apelo ao empenhamento de todos, à confiança dos portugueses no seu futuro comum», sublinhou Jorge Sampaio, que deixou bem claro que esta linha de actuação será mantida.

«Tenho-o feito e pretendo continuar a fazê-lo, sempre na mais estrita observância e respeito pelas competências próprias de cada um dos órgãos de soberania, e sem interferir na livre competição política entre o Governo e as oposições, condição essencial de estabilidade democrática», afirmou.

«Nos estritos limites das minhas funções constitucionais, continuarei, como sempre, a procurar garantir o equilíbrio, a separação e interdependência dos poderes, o pluralismo democrático, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições e, nesse sentido, estarei atento à necessidade de melhorar e aperfeiçoar as práticas democráticas, corrigir abusos que ponham em causa os direitos fundamentais dos cidadãos e prevenir bloqueios institucionais artificiais e inúteis», garantiu.

Antes, já o chefe de Estado havia lançado a advertência sobre o papel que cabe a cada uma das esferas políticas do nosso sistema. Como salientou o Presidente da República, a responsabilidade do Governo é governar e as oposições de apresentarem os seus programas alternativos. «Todos são garantes, por igual, da qualidade do debate político que deve estar longe das pulsões demagógicas, que privilegiem o aproveitamento emocional de

momento, em detrimento dos interesses estratégicos nacionais». Disso, segundo o chefe de Estado, «depende a estabilidade política, a qualidade da democracia e o desenvolvimento sustentado do País».

### Política externa portuguesa

As primeiras palavras de Jorge Sampaio foram dedicadas às transformações ocorridas no último ano, tanto em Macau, como em Timor-Leste. No caso de Timor-Leste, o chefe de Estado vincou as responsabilidades assumidas pelo País em relação à sua reconstrução e no que respeita aos objectivos de formação de um Estado independente. «Criámos enormes expectativas. Não as podemos desiludir. O relacionamento estável entre dois povos não poderá viver apenas dos afectos, antes deve assentar na efectiva solidariedade entre Estados, como forma de contribuir para o desenvolvimento daquele povo tão grande pela sua determinação e coragem», disse.

Antes das referências ao quadro de excelentes relações entre Portugal e os países africanos de expressão portuguesa, o Presidente da República também apresentou a sua visão das características fundamentais da política externa nacional. «Recuso a visão de um Portugal pequeno, que, à míngua de instrumentos e meios necessários à sua política externa, veja diminuído um prestígio internacional que assenta na História e no notável trabalho realizado pela democracia portuguesa», referiu.

No entanto, Jorge Sampaio fez igualmente questão de condenar a «visão retórica que exija a assunção de responsabilidades desproporcionadas em relação aos meios que Portugal deve disponibilizar, por si só, para a execução da sua política externa». «Tal como não me reconheço – acrescentou – numa interpretação que confunda o rigor formal, que deve presidir às relações entre Estados, com a liberdade militante das relações entre sociedades civis. É necessária uma permanente pedagogia política que recrie um consenso nacional e público sobre as formas de projecção da posição de Portugal no mundo – consolidando a sua nova dimensão e valores, os seus conceitos e os meios necessários. Qualquer omissão, nesse domínio, pode criar uma tensão difícil de gerir, porque assente em expectativas desfasadas da realidade e daquilo que é razoável exigir do esforço português», sublinhou.

Ainda no quadro da política externa, o Presidente da República evidenciou a cooperação que o País tem vindo a desenvolver através das Forças Armadas, instituição que considerou estar hoje «mais apta para responder às exigências do mundo contemporâneo». Porém, avisou, «o seu processo de adaptação e modernização não está concluído. Há um longo caminho a percorrer que exige urgência e determinação e apela à capacidade de compromisso de todos». De acordo com o Presidente da República, «é necessário dar um impulso decisivo às três vertentes da acção fundamentais para

a melhoria da eficácia das Forças Armadas: a profissionalização, a modernização e a racionalização das suas estruturas. A disponibilidade limitada de recursos do país não se compadece com demoras no cumprimento das grandes prioridades que devem orientar o esforço de modernização das Forças Armadas. A optimização do recursos impõe que se proceda a uma profunda revisão das actuais estruturas, segundo critérios de versatilidade, flexibilidade e funcionalidade». De facto, concluiu o Presidente da República, «o País só tem a ganhar com uma coordenação eficaz dos seus recursos e com um reequipamento militar adequado às missões que deve desempenhar, quer por si, quer integrando missões humanitárias ou militares internacionais».

#### Críticas aos protestos de polícias

Palavras duras deixou Jorge Sampaio aos recentes protestos promovidos por agentes da PSP, tendo começado por

lembrar conceitos básicos inerentes ao funcionamento de um Estado de Direito. «Aos tribunais pede-se que punam as violações da lei; às polícias, que as previnam e as reprimam. E, por esta via, participam, uns e outros, no monopólio do uso legal da força que ao Estado compete. Mas, porque assim é, manda o Estado de Direito, que a ambos justifica, que não ultrapassem a medida de força estritamente exigida em cada situação». Na perspectiva do Presidente da República, e numa referência directa às manifestações de agentes da PSP quando as polícias infringem esta ética essencial, «não podem esperar compreensão da comunidade que servem», já que estão a faltar «ao respeito que devem a si próprios e à sua função, confundindo, no mesmo impulso, reivindicações de estatuto, legítimas enquanto tais, com interferências, essas sempre ilegítimas, no regular funcionamento das instituições cuja liberdade e independência lhes cabe defender».

«Essa confusão é tanto mais grave quanto as questões do estatuto das polícias não interessa apenas a elas próprias; interessam igualmente, ou mais ainda, à comunidade que servem. Enquanto às polícias não for concedido um estatuto que lhes garanta a plenitude da cidadania, é o Estado de Direito, na leitura garantística que lhe é conferida pela Constituição da República, que perde e se empobrece», declarou Jorge Sampaio, assumindo assim a defesa da criação de sindicatos de polícia, antes de deixar uma segunda crítica, esta dirigida aos partidos de oposição de direita. «A autoridade do Estado é para ser exercida – em tempo, com determinação e com senso. Mas essa exigência não deve misturar-se com levianas demagogias que clamam, num mesmo gesto, pela reposição da autoridade do Estado e pela compreensão com atitudes que, indiscutivelmente, a põem em causa», disse.

Sobre o funcionamento do Estado, o

Presidente da República disse senti-lo «pesado, lento, centralista, pouco ágil e inseguro na concretização no terreno. Sinto o Estado fraco na defesa do interesse colectivo perante o poder crescente dos grupos de interesses organizados. Em suma, sinto-o menos apto a exercer as funções reguladoras, próprias de um Estado moderno». Na opinião do chefe de Estado, «a evolução da conjuntura aconselha a que se encarem com rigor e exigência novos passos no sentido da modernização do país. Temos todos de interiorizar a urgência dessa modernização, osando agir corajosamente, ultrapassando o adiamento que tudo compromete e a espera que tudo paralisa. Não é possível olhar apenas ao curto prazo, se com isso se adiam opções estratégicas, ou se não concretizam as incontornáveis plataformas de entendimento, que considero elemento indispensável à consolidação de uma modernização solidária».

25 DE ABRIL

Almeida Santos lança advertência aos partidos

## CONCENTRAÇÃO DO PODER ECONÓMICO AMEAÇA O ESTADO DEMOCRÁTICO

**O presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, alertou para os perigos das concentrações do poder económico em cada vez menos pólos, sobretudo, quando o poder político se divide por cada vez mais autarquias individuais. Discursando na sessão solene comemorativa do 25 de Abril de 1974, Almeida Santos afirmou que este fenómeno poderá enfraquecer o Estado de tal forma, que acabe por conduzir à sua substituição pelo mercado. «Oxalá que este meu receio não passe de uma rabujice de velho», declarou o Presidente do Partido Socialista.**

**N**a sua intervenção, o presidente da Assembleia da República falou do recuo generalizado do Estado e da sua autoridade, bem como da emergência de uma sociedade civil que anseia por dispensá-lo. «São de todos nós conhecidas as manifestações desta tendência. Transitam ante os nossos olhos pelas páginas de todos os jornais e pelos noticiários de todas as estações emissoras», salientou. Segundo Almeida Santos, a opinião pública «está convertida em nova Ágora. E a necessidade de não lhe desagradar – já que o poder depende do voto, e o voto do agrado que o poder difunde – opera sem obstáculos visíveis ou imagináveis uma deslocação do próprio poder: do Estado para a sociedade civil, e desta para os seus pólos de opinião». No entanto, acrescentou, «quem diz sociedade civil –



como nova sede de poder – diz naturalmente os que na sociedade civil dominam os circuitos do poder económico e, de entre estes, os que dominam os circuitos do poder mediáticos». Face a esta realidade, o Presidente do PS disse ser para si «ponto assente que a concentração do poder económico em cada vez menos pólos, e a difusão do poder político formal por cada vez mais autarquias individuais, só pode contribuir para o fim do Estado, criando espaço para

a sua substituição pelo mercado». «Como que sem pré-aviso, os corpos políticos tradicionais fundiram-se no espaço de um único mercado, um único sistema de informações, um universal casino financeiro isento de imposições fiscais, um espaço global de que se abateram as tradicionais cancelas. Dito de outro modo: o espaço das unidades políticas herdadas tende a ser, se não é já, o espaço do próprio planeta. O velho Estado Nação, como unidade

politicamente autónoma, organizada e controlada, é-o cada vez menos. As velhas demarcações geográficas, económicas, políticas e sociais voam em pedaços», observou o presidente da Assembleia da República.

Confrontados os países ocidentais com as consequências do fenómeno da globalização, Almeida Santos disse ver como única solução «doses maciças de consciência dos problemas globais do nosso tempo, e do que reflexo que têm, ou podem vir a ter, no nosso país. Que abandonemos a visão lúdica que tem guiado as nossas vidas, as rotinas que têm amolecido as nossas consciências, o facilismo que tem presidido às nossas escolhas, o fatalismo que tem dominado os nossos juízos». Mais, ainda, de acordo com o presidente da Assembleia da República, é preciso que «preparemos o nosso espírito, e pela educação os nossos jovens, para as mudanças conceptuais, as reformas institucionais, ou mesmo as rupturas estruturais que são necessárias para que travemos esta cada vez iniludível queda para abismos de que não há regresso».

«Tudo seria diferente se aceitássemos o ponto de partida de que precisamos de outro Estado, de outro mercado, outro pacto social. Isso a que é frequente chamar-se uma "Nova Ordem Mundial", a pensar-se, quantas vezes, em reforminhas de superfície. Mas, para isso, já lá vai o tempo», avisou o Presidente do PS, antes de se antecipar à conclusão que alguns irão retirar das suas palavras. «Sei que vou ser, uma vez mais, julgado pessimista. Nunca o fui tão pouco. E vou ficando imune a esse desconforto», disse.

TIMOR-LESTE

Primeiro-ministro recebido em euforia

## GUTERRES APELA AOS PODEROSOS DO MUNDO – «AJUDEM O PROGRESSO DE TIMOR-LESTE»

O primeiro-ministro recebeu verdadeiros banhos de multidão em Timor-Leste. Antes de regressar a Portugal, António Guterres fez um veemente apelo aos países mais ricos e poderosos do mundo, no sentido de que apoiem o progresso e o desenvolvimento do território. O chefe do Governo teve ainda a oportunidade de elogiar a forma como as Forças Armadas estão a assegurar a liberdade e a segurança no território. Com Xanana Gusmão, António Guterres prestou homenagem às vítimas do massacre de 12 de Novembro no cemitério de Santa Cruz e, no Centro de Santos Inácio Loyola, incentivou as crianças timorenses a dedicarem-se ao estudo.

**N**o último dia da sua visita a Timor-Leste, em Díli, perante uma multidão a escutá-lo, António Guterres apelou aos países «ricos e poderosos» do mundo para darem mais apoio ao povo timorense com a finalidade de permitir que o desenvolvimento do território «seja ainda mais rápido». «Apelo a todos os países do mundo, e sobretudo aos mais ricos e poderosos, para darem apoio mais forte a Timor Lorosae, para que mais rapidamente se possa desenvolver e dar bem-estar a todos os timorenses», afirmou o primeiro-ministro, explicando depois de que esses apoios se destinam a que não restem mais casas destruídas, não fiquem escolas por abrir, a electricidade e a água cheguem a toda a parte e as estradas sejam reparadas.

Como garantiu António Guterres, «Portugal confia no povo de Timor-Leste. Portugal conta com os timorenses e os timorenses podem contar com os portugueses». Numa referência à multidão que o cercava, o primeiro-ministro sublinha já ter visitado muitos países do mundo. «Mas nunca fui tão recebido como agora em Timor Lorosae. De Bacau a Suai, de Aileu a Oecusse, de Maubisse a Díli, em toda a parte encontrei um carinho, uma amizade e uma solidariedade que nunca mais esquecerei na minha vida», considerou, numa alusão às localidades que visitou durante a sua deslocação de quatro dias a Timor-Leste. A multidão que rodeava o secretário-geral do PS começava fora do ginásio de Díli, onde a comissão de moradores e os velhos chefes tradicionais se colocaram em formação, acolhendo o primeiro-ministro com as danças de boas vindas reservadas aos guerreiros. Das mãos de Afonso Barreto, António Guterres recebeu depois como presente uma bandeira portuguesa, já comida pela traça e que foi guardada durante 30 anos. Aliando a cerimónia de despedida de



Timor-Leste às comemorações do aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, António Guterres recordou que hoje, em Portugal, vive-se em liberdade – um quadro diferente em relação a 26 anos atrás. «Porém, a liberdade não é tudo. Sei que o povo continua a sofrer. É por isso dever de Portugal e de todos os países do mundo é continuar a apoiar Timor Lorosae», declarou. António Guterres ressaltou, contudo, que o apoio de Portugal «não tem de ser agradecido», já que os portugueses «estão apenas a cumprir o seu dever de solidariedade em relação ao povo irmão de Timor».

### Agradecimento aos militares portugueses

Também no último dia da sua visita, o primeiro-ministro louvou o papel desempenhado pelos militares portugueses em Timor-Leste, que, em representação da liberdade em Portugal, estão a contribuir agora para a libertação de «um povo irmão». Segundo António Guterres, «tem particular significado que as Forças Armadas portuguesas, a GNR, bem como elementos da PSP estejam em Timor-Leste. Forças Armadas que representam a nossa liberdade ao serviço da liberdade de um povo irmão. Este é, por isso, um momento de grande significado histórico para Portugal e mais uma razão para Portugal se orgulhar das suas Forças Armadas e do papel que desempenham ao longo da sua História».

finalmente, o 25 de Abril, o dia em que, segundo o primeiro-ministro, se «comemora o valor dos valores, o valor supremo da liberdade. Um valor sem o qual nenhum dos outros valores pode ter expressão», afirmou.

### Homenagem às vítimas timorenses

Antes deste discurso, António Guterres prestou homenagem às vítimas do massacre no cemitério de Santa Cruz, em Díli, cujas imagens televisivas alertaram o mundo para a tragédia da ocupação indonésia de Timor-Leste. Numa cerimónia breve, e com Xanana Gusmão a seu lado, o primeiro-ministro depôs uma coroa de flores na capela do cemitério onde os soldados indonésios mataram centenas de timorenses a 12 de Novembro de 1991. O chefe do Governo já dias antes havia homenageado as vítimas do massacre na igreja de Suai e os 20 soldados portugueses mortos em Aileu por soldados japoneses em 1942.

Depois do cemitério de Santa Cruz, António Guterres visitou a escola do Centro de Santos Inácio de Loyola, dirigida pelo padre jesuíta João Felgueiras, considerado um símbolo da luta pela preservação da língua portuguesa em Timor-Leste nos últimos 24 anos. O secretário-geral do PS foi então recebido entusiasticamente por centenas de crianças, que empunhavam bandeirinhas com fotografias do primeiro-ministro e de Xanana Gusmão, além de bandeiras de Portugal e do Conselho Nacional da Resistência Timorense.

À entrada, um ex-chefe de um suco da região de Viqueque, Bernardo da Costa Pinto, de 77 anos, entregou a António Guterres duas bandeiras portuguesas, que guardou desde a invasão do território em 1975, tendo sido convidado pelo primeiro-ministro a visitar Portugal, à semelhança do que aconteceu segunda-feira com um outro timorense que teve o mesmo gesto. O padre João Felgueiras, que completa este ano 78 anos de idade e em 2001 três décadas de permanência em Timor-Leste, lembrou que o rei João III pediu a Inácio de Loyola para «evangelizar os povos encontrados» pelos portugueses. «Acho que o senhor primeiro-ministro merece o nosso maior agradecimento pelo sacrifício de vir a este modesto lugar prestar, com a sua presença, uma grande homenagem à determinação do povo timorense de defender a sua integridade, os seus valores, as suas características e a sua identidade cultural», afirmou o padre.

António Guterres, por sua vez, depois de entregar mochilas escolares a crianças e uma biblioteca básica ao centro, homenageou os timorenses e os portugueses que «tiveram a coragem e a generosidade de continuar a ensinar em português» em Timor-Leste.

## ACTUALIZAR ESTRATÉGIA DE LUTA

O Executivo socialista aprovou, na passada quinta-feira, dia 27, em Lisboa, um decreto-lei que altera a lei orgânica do Instituto Português da Droga e da Toxicod dependência, criado pelo decreto-lei n.º 31/99, de 5 de Fevereiro.

O Instituto Português da Droga e da Toxicod dependência (IPDT) foi criado em momento anterior ao da aprovação da Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga, não espelhando a sua lei orgânica as opções fundamentais atinentes ao modelo organizativo da prevenção primária vazadas na estratégia.

Esta preconiza a centralização no IPDT, em nome da racionalização de meios e eficiência de actuação, das responsabilidades de direcção e execução em matéria de prevenção primária, com a necessária transferência das atribuições do Projecto Vida.

Assim, este diploma apresenta diversas inovações relativamente à anterior lei orgânica do IPDT, de que importa destacar:

- Aumento das atribuições do IPDT, decorrentes da extinção do Projecto Vida, que abrangem toda a matéria da prevenção primária do consumo de drogas e da toxicod dependência, incluindo a intervenção na comunidade, o apoio de iniciativas públicas e privadas de informação e formação, a recolha e tratamento de informação, a avaliação de políticas e a promoção da investigação científica;
- A existência de uma comissão técnica de acompanhamento, composta por representantes de diversos ministérios e entidades públicas, com vista a coordenar a actuação da administração central directa e indirecta em matéria de prevenção;
- A alteração da estrutura dos serviços do IPDT de modo a espelhar as suas novas atribuições;
- A fixação da competência dos serviços regionais.

### Conselho Nacional

Ainda na passada reunião de Conselho de Ministros, os governantes deram luz verde ao decreto-lei que cria o Conselho Nacional da Droga e da Toxicod dependência.

Em cumprimento do disposto na Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga, aprovada pela resolução do Conselho de Ministros n.º 46/98, de 26 de Maio, pretende o Executivo com este diploma valorizar o Conselho Nacional da Droga, agora designado Conselho Nacional da Droga e da Toxicod dependência.

Este diploma vem dar cumprimento à Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga, na parte em que preconiza a valorização do Conselho Nacional da Toxicod dependência (CNT), agora designado Conselho Nacional da Droga e da Toxicod dependência (CNDT), o qual passa a pronunciar-se sobre os principais instrumentos de política de luta contra a dependência de substâncias psicotrópicas

e estupefacientes, nomeadamente a Estratégia Nacional de Luta contra a Droga e os planos anuais e plurianuais de desenvolvimento e execução da estratégia. O CNDT é presidido pelo primeiro-ministro ou pelo membro do Governo responsável pela coordenação da política da droga e da toxicod dependência, e integra, para além do presidente do Instituto Português da Droga e da Toxicod dependência, cinco personalidades a designar pelo chefe do Executivo, representantes dos Governos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicod dependência (SPTT). Integram-no, além disso, diversas instituições e associações de âmbito nacional e local que, constituindo a maioria dos membros, darão ao CNDT a natureza de órgão de expressão das várias sensibilidades da sociedade civil sobre o fenómeno da droga e da toxicod dependência.

### Coordenar a estratégia

O Governo decidiu também viabilizar um documento que cria o Conselho Coordenador da Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga e Toxicod dependência. A Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga, aprovada pela resolução do Conselho de Ministros n.º 46/99, de 26 de Maio, definiu no seu Capítulo V a necessidade do reforço da coordenação na definição e execução da política de luta contra a droga.

Essa coordenação processa-se a três níveis: um nível de coordenação interministerial, um nível de coordenação

entre os serviços administrativos e ainda outro nível de coordenação da representação externa do Estado português.

Este decreto-lei vem criar o Conselho Coordenador da Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga que passa a assegurar a coordenação da política do Governo em todas as áreas em que se divide a estratégia: prevenção, combate ao tráfico e criminalidade conexas, tratamento e reinserção dos consumidores.

Com esta estrutura de coordenação, garante-se que a actuação dos diversos ministérios e entidades públicas com responsabilidades na luta contra a droga e a toxicod dependência se processe de acordo com directrizes comuns e que se estabeleçam os competentes mecanismos de articulação entre os serviços dos diversos ministérios e entidades públicas. O Conselho é constituído pelo membro do Governo responsável pela coordenação da política da droga e da toxicod dependência, pelos ministros (ou seus delegados) dos Negócios Estrangeiros, da Defesa Nacional, da Administração Interna, do Trabalho e da Solidariedade, da Justiça, da Educação, da Saúde, pelos ministros (ou seus delegados) responsáveis pela política de Juventude e pela política de Desporto, e pelo presidente do Instituto Português da Droga e da Toxicod dependência.

### Missão: acompanhar...

A resolução que cria a Equipa de Missão para o Acompanhamento da Participação Portuguesa no Grupo Pompidou foi também viabilizada pelo Governo chefiado

por António Guterres, em reunião de Conselho de Ministros.

O Grupo de Cooperação em Matéria de Luta Contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Estupefacientes do Conselho da Europa (Grupo Pompidou) constitui um fórum político multidisciplinar privilegiado para a definição das políticas e concertação das práticas em matéria de droga, no espaço europeu alargado.

Recorde-se que, desde a sua adesão ao Grupo Pompidou, em Janeiro de 1980, Portugal participa activamente nos trabalhos aí desenvolvidos, tendo sido eleito para a respectiva presidência em 1997.

O exercício das funções de presidência determina responsabilidades acrescidas com reflexo no papel futuro do grupo; a Conferência Ministerial, que terá lugar em Portugal no final do corrente ano, representará momento decisivo para a afirmação da capacidade mobilizadora nacional, à frente desta instância do Conselho da Europa.

Assim, impõe-se a disponibilização dos meios e a criação das estruturas que permitam garantir a eficácia da participação nacional junto do Grupo Pompidou do Conselho da Europa, como forma de dignificar o País no seio das organizações internacionais designadamente as dedicadas à luta contra a droga e a toxicod dependência.

Neste sentido, este diploma vem criar uma equipa de missão com o objectivo de acompanhar, em permanência, a participação portuguesa no Grupo Pompidou, nomeando para encarregado de missão Joaquim Rodrigues, em comissão de serviço.



PELO PAÍS

Governança Aberta

**ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

O secretário de Estado da Administração Interna afirmou, no dia 28, em Lisboa, que o Governo socialista vai flexibilizar a lei de permanência e de afastamento de estrangeiros em território nacional.

A decisão foi transmitida por Luís Patrão na Assembleia da República na sequência de uma questão levantada por um deputado do Bloco de Esquerda, que defendeu a necessidade de se realizar um novo processo de regularização de imigrantes.

Em resposta, o governante afastou para já a possibilidade de se promover mais um processo de regularização de estrangeiros, apresentando como alternativa uma mudança na actual legislação.

Luís Patrão recordou que o Executivo socialista já nomeou um grupo de trabalho interministerial com a finalidade de aferir os limites e as necessidades no que respeita ao acesso de imigrantes a Portugal.

O secretário de Estado da Administração Interna adiantou depois que esse grupo de trabalho interministerial apresentará a muito curto prazo as suas conclusões, momento a partir do qual se iniciará o processo de revisão da lei de estrangeiros.

«A intenção do Governo é flexibilizar as regras de fixação de residência e de concessão de vistos de trabalho», justificou, antes de sublinhar a importância das medidas sobre imigração não serem conhecidas com elevada antecipação, para que assim se evite eventuais benefícios a infractores, ligados a redes de tráfico de mão-de-obra clandestina e que procuram ingressar em Portugal por vias ilegítimas. Perante algumas exigências no sentido de haver uma solução global para o problema da imigração clandestina no País, Luís Patrão alertou para a ausência de uma lei de trabalho comunitária, da mesma forma que funciona o mercado único europeu. «O nosso país não pode servir como válvula de escape no acolhimento de imigrantes provenientes de outros países europeus», advertiu.

**AGRICULTURA**

O ministro da Agricultura disse no dia 1, em Santa Marta de Penaguião, que a vinha é uma das prioridades da política agrícola do Governo e anunciou verbas para a reestruturação dos vinhedos até 2006.



Capoulas Santos, que presidia à inauguração do monumento ao trabalhador da vinha, «O Cavador», referiu que o vinho, além da sua importância económica e social, representa cerca de cem milhões de contos por ano das exportações agrícolas portuguesas.

Por este factor, na reforma da Política Agrícola Comum (PAC) que está actualmente em regulamentação a «vinha vai ter um papel muito importante», salientou o ministro.

E acrescentou: «Vamos ter verbas que até 2006 vão permitir a reestruturação de 400 mil hectares de vinha por ano, o que financeiramente representa seis milhões de contos anuais, que não vão sair do terceiro Quadro Comunitário de Apoio (III QCA)». Segundo o ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas, Portugal conseguiu ainda da reforma da PAC a recuperação de direitos de plantação, que, até 2006, vão permitir instalar 25 mil hectares de novas vinhas.

**CIÊNCIA**

O ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, garantiu sexta-feira, na cidade da Horta, que o Governo da República fará o que estiver ao seu alcance para reforçar os recursos humanos no Departamento de Oceanografia e Pescas (DOP) da Universidade dos Açores.



Mariano Gago, que falava na sequência de uma visita às instalações daquele instituto científico, acrescentou que é necessário «atrair mais investigadores nacionais e estrangeiros para trabalhar» no DOP, que considerou ser um «importante centro de investigação à escala nacional».

«Penso que não será muito difícil atrair mais investigadores, porque este centro já é conhecido, já aparece nas publicações internacionais e já possui uma actividade científica relevante», disse o governante. Gago frisou, por outro lado, que o DOP possui «muito bom equipamento» e condições de análise e de trabalho «invejáveis para qualquer investigador», considerando que a «barreira natural do isolamento» e a distância de outros centros de investigação poderão ser as dificuldades maiores a ultrapassar para os profissionais do sector que não estejam habituados e viver em ilhas.

O titular da pasta da Ciência e Tecnologia

revelou ainda que pretende discutir com o Departamento açoriano as condições do seu desenvolvimento, na medida em que os seus responsáveis «fizeram até agora o máximo que poderiam fazer com as condições de que dispõem».

«Apesar dos apoios do Governo Regional e do Ministério da Ciência e da Tecnologia, é preciso criar condições para que o centro passe a ter uma dimensão um pouco maior», frisou o governante, ressaltando que esta intenção não depende apenas, no entanto, de vontades, mas do interesse manifestado pelos investigadores em trabalhar no DOP.

**COMUNICAÇÃO SOCIAL**

O ministro adjunto, Armando Vara, considerou, quinta-feira, que o Presidente da República «compreendeu a justiça» da decisão do Governo ao criar a holding Portugal Global e por isso promulgou o decreto-lei da mesma.



O governante afirmou nunca ter tido dúvidas acerca da inexistência de inconstitucionalidade no diploma, crítica que chegou a ser feita pelo PSD.

Reafirmou também serem «injustificados» os receios existentes «em certos sectores da Lusa e da RDP», adiantando que «o futuro o demonstrará».

O Conselho de Administração da Portugal Global, SGPS, que vai gerir as participações do Estado na Lusa, RTP e RDP é presidido por João Carlos Silva, tem como vice-presidente Brandão de Brito (ex-presidente do Conselho de Administração da RTP) e como vogais os presidentes da Lusa, Pedroso Marques, da RDP, José Manuel Nunes, e Maria da Conceição Rodrigues Leal, vice-presidente da RTP, disse o ministro.

Vara referiu ainda que a elaboração de uma proposta de resolução do passivo da RTP (130 milhões de contos) é uma das primeiras tarefas da holding, cuja administração deverá ser empossada em breve.

Estudar as áreas que no conjunto das três empresas possam ser geridas através de economias de escala é outra das tarefas para a Portugal Global.

Segundo Armando Vara, a empresa dedicará ainda tempo ao estudo da área de novos negócios, como sejam a Internet e a tecnologia digital ao nível da rádio e da televisão.

**CULTURA**

O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, considerou «positivo, pelas perspectivas de futuro que abre», o balanço do projecto «Dez mais dez», que envolve a Companhia de João Fiadeiro.



Manuel Maria Carrilho falava, sábado, dia 29, em Viseu, na cerimónia de entrega dos prémios Almada ao Balletteatro, do Porto, ao CRAEB das Beiras/Teatro Viriato, de Viseu, e ao Festival Danças na Cidade, Lisboa.

Durante a cerimónia, Carrilho escutou pela voz do representante do Festival Danças na Cidade, ao receber o galardão, a solidariedade deste projecto com as afirmações proferidas em Lisboa pelos elementos do «Dez mais dez» em defesa de uma aposta na formação e na investigação na área da dança.

Questionado pelos jornalistas sobre esta matéria, Manuel Maria Carrilho lembrou a aposta do Ministério da Cultura na criação de equipamentos e na descentralização cultural, deixando claro que o seu gabinete apoia «projectos e o aparecimento de equipamentos, mas não cria, apoia criadores».

Sobre o documento recentemente tornado público em Lisboa, relativo ao panorama nacional na área da dança, o titular da pasta da Cultura disse que este é «algo excessivo nos elogios ao desempenho do Ministério nos últimos anos» e garantiu que vai «ler com toda a atenção o documento» e levar em linha de conta o seu conteúdo, «porque as perspectivas que abre para o futuro são positivas».

**EQUIPAMENTO**

A futura estação ferroviária do aeroporto da Ota vai ficar ligada à Linha do Oeste, anunciou sexta-feira, dia 28, em Torres Vedras, o ministro do Equipamento Social, Jorge Coelho, durante os trabalhos do I Congresso do Oeste.

O ministro, recorrendo às conclusões de um estudo de mercado sobre a Linha do Oeste, onde é referida a sua baixa rentabilidade, disse ser «necessário criar condições» para que a via «tenha passageiros».

Uma das formas para a rentabilização daquela ferrovia é, segundo Jorge Coelho, «a circulação de comboios regionais entre a Ota e a Linha de Sintra, via Torres Vedras».

PELO PAÍS

Governança Aberta

e Malveira, e para norte com a circulação de comboios entre Lisboa e Porto, via Leiria, Alcobaca e Caldas da Rainha».



Com a construção do novo aeroporto internacional de Lisboa na Ota, «a região Oeste pode beneficiar de uma maior centralidade, estar mais acessível a tudo», acrescentou.

Jorge Coelho anunciou também a criação de uma comissão mista luso-espanhola com o objectivo de estudar o traçado e a forma de executar a rede ferroviária de alta velocidade.

«A criação da rede de alta velocidade é fundamental para a captação de um mercado de milhões de cidadãos espanhóis que podem vir para Portugal através dessa ligação», frisou o governante.

HABITAÇÃO

A secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, revelou, no dia 27, que os portugueses vão beneficiar de uma descida da taxa do IVA nos próximos três anos para obras de reparação de casas.



«O Governo negociou com a União Europeia a descida de 17 para 5 por cento da taxa do IVA nas obras de reparação de casas, um incentivo que vigorará nos próximos três anos e que se dirige aos muitos portugueses que ainda não estão habituados a fazer essas intervenções», frisou Leonor Coutinho. A governante lembrou ainda que «o crédito à habitação com bonificação de juros é o mesmo para a compra de casa nova ou para recuperar casas antigas desde há um ano». «A maior prioridade do Governo, em termos

de habitação, começa a deixar de ser o realojamento em casas novas, para passar a ser a recuperação de casas sem condições de habitabilidade», acrescentou. Leonor Coutinho falava em Ponte de Lima, onde procedeu à entrega das chaves de casas novas a 36 famílias, inaugurando assim o Bairro da Poça Grande, em Faldéjães, Arcozelo.

Este bairro, composto por um total de 48 fogos, significou um investimento total de 353 506 contos, participado com 164 646 contos pelo Instituto Nacional da Habitação.

A construção destas casas resultou de um acordo de colaboração celebrado em 1998 entre a Câmara de Ponte de Lima e a Secretaria de Estado da Habitação, que visa a construção de um total de 84 fogos no concelho.

A autarquia já adjudicou a empreitada de construção de mais 20 fogos na freguesia de São Julião de Freixo, um novo núcleo que vai custar 207 499 contos e que deverá estar pronto até finais de 2001.

INDÚSTRIA

O secretário de Estado da Indústria e Energia, Vitor Santos, considerou, no dia 29, em Paços de Ferreira, que o mobiliário local conseguiu em poucos anos recuperar a imagem menos boa que tinha no passado.

«No passado mais ou menos longínquo tinha-se uma imagem dos móveis de Paços de Ferreira que, porventura, nem correspondia à realidade, mas penso que essa imagem está ultrapassada e foi superada com muito esforço», afirmou Vitor Santos.

O secretário de Estado falava no final de uma visita aos pavilhões da Promóvel - Salão de Mobiliário, Decoração e Iluminação, que decorre no Parque de Exposições de Paços de Ferreira até 7 de Maio.

O governante reconheceu que também houve algum apoio público que contribuiu para a mudança, mas a reestruturação e modernização da indústria local foi da responsabilidade e iniciativa dos empresários e da sua associação.

«Há neste certame elementos de inovação e de modernidade. Quando vinha para aqui vinha optimista, mas saio ainda mais optimista», frisou.

Apesar de ter elogiado a capacidade dos industriais de Paços de Ferreira, o secretário de Estado da Indústria e Energia aconselhou os empresários a investirem ainda mais no marketing e na internacionalização do mobiliário, lembrando-lhes que vão ter instrumentos de apoio económico no terceiro Quadro Comunitário de Apoio, nomeadamente através do Programa Operacional da Economia (POE).

JUSTIÇA

A libertação dos cartórios notariais e a simplificação dos actos são alguns dos objectivos da modernização dos cartórios notariais, ao abrigo da qual irão abrir 50 novos cartórios.

A informação foi dada terça-feira, dia 2, pelo ministro da Justiça, António Costa, no final

da inauguração do 28º Cartório Notarial de Lisboa, em Benfica.

Segundo António Costa, irão abrir 50 novos cartórios notariais até ao fim da presente legislatura.

A informatização de todos os registos e notariado até Dezembro de 2002 são outros dos passos da modernização dos cartórios notariais, cujo objectivo principal, segundo o ministro, é facilitar a vida aos cidadãos e às empresas.

A possibilidade de os correios, juntas de freguesia, câmaras de comércio, câmara dos solicitadores, entre outros organismos, passarem fotocópias autenticadas são alguns dos passos da modernização dos notários em curso, defendeu o governante, embora tal medida do Governo tenha levado a protestos dos notários, que dizem mesmo que é possível a partir de agora haver falsificações de documentos.

Porém o ministro da Justiça acredita não se correr esse risco de falsificações, uma vez que as tarefas foram entregues a organismos competentes, de modo a ficar garantida a segurança jurídica.

O primeiro pacote de medidas de modernização dos cartórios notariais vai ser avaliado por uma comissão de acompanhamento, segundo António Costa.

PORTOS

O secretário de Estado da Administração Portuária desbloqueou segunda-feira, dia 1, em Leça da Palmeira, Matosinhos, uma verba de 150 mil contos (750 mil euros) destinada à Marina Infante D. Henrique, uma iniciativa do Sport Club do Porto.

Esta verba, orçamentada no Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), destina-se a cobrir parte dos custos da marina, que será construída até finais de 2001, a poente do edifício da ex-Alfândega do Porto, junto ao Rio Douro.

«Mais importante do que as verbas – acentuou Narciso Miranda – foi ter-se encontrado as soluções que permitem assegurar a construção da marina».

Segundo o governante a obra irá avançar, ou sob a égide do Instituto de Navegabilidade do Douro (IND) e depois concessionada para exploração do Sport Club do Porto, ou sob administração directa daquele clube.

«Vamos construir a marina de certeza absoluta», garantiu Narciso Miranda. Em qualquer dos dois casos o projecto, já aprovado, é do Sport e prevê uma marina com capacidade para 99 embarcações.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 27 de Abril

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que altera a lei orgânica do Instituto Português da Droga e da Toxicodependência;
- Um decreto-lei que cria o Conselho Nacional da Droga e da Toxicodependência;
- Um decreto-lei que cria o Conselho Coordenador da Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga e Toxicodependência;
- Uma resolução que cria a Equipa de Missão para o Acompanhamento da Participação Portuguesa no Grupo Pompidou;
- Uma proposta de lei que proíbe espectáculos taumomáquicos em que seja infligida a morte às reses neles lidadas;
- Uma proposta de lei que altera a composição e competências da Comissão Nacional de Eleições;
- Um diploma que altera a redacção do decreto-lei n.º 184/88, de 25 de Maio, que aprova a lei orgânica da Inspeção Geral de Jogos;
- Um decreto-lei que transpõe para o ordenamento jurídico as directivas comunitárias relativas ao controlo oficial dos géneros alimentícios e a medidas adicionais respeitantes ao controlo oficial dos géneros alimentícios;
- Um decreto-lei que revoga o n.º 2 do artigo 12º do Estatuto da Zona Vitivinícola de Palmela;
- Uma resolução que prorroga, pelo período de 24 meses, a duração do Observatório do Comércio;
- Uma resolução que autoriza, em execução da Lei do Orçamento do Estado para 2000, a emissão de dívida pública;
- Uma resolução que ratifica uma alteração de âmbito limitado ao Plano Director Municipal de Ovar;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Pormenor da Zona Poente de Serpa, no município de Serpa;
- Uma resolução que ratifica a alteração ao Plano de Urbanização da Cidade de Paredes;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Pormenor da Quinta da Vinha Grande, no município do Seixal;
- Uma resolução que ratifica uma alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Aljustrel (Malha Ferro), no município de Aljustrel;
- Uma resolução que ratifica uma alteração ao Plano de Pormenor da Quinta das Lages, no município de Penafiel;
- Uma resolução que nomeia Fernando Aires Alves Nunes Ventura coordenador da Comissão Nacional de Luta Contra a Sida.



DEPUTADA ROSA ALBERNAZ

Ensaio Nucleares

## DAR UMA OPORTUNIDADE À PAZ



A deputada do PS Rosa Albernaz, numa intervenção na Assembleia da República, no período de antes da ordem do dia, considerou que «o Tratado de Proibição Total de Ensaio Nucleares vai permitir, quando entrar em vigor, pôr termo a todos os ensaios nucleares, de maneira eficaz».

Na verdade, adiantou, «está prevista a criação de uma organização cuja principal missão será a verificação do respeito das disposições do Tratado e que terá à sua disposição os meios técnicos apropriados para a sua execução».

Segundo a deputada do PS, «a criação de um sistema internacional de vigilância, que será composto por estações de vigilância utilizando as mais sofisticadas tecnologias, faz prever um elevado grau de eficácia e rigor na detecção de qualquer incumprimento do Tratado».

Rosa Albernaz, que falava durante o debate na AR de uma proposta de resolução que aprova para ratificação o Tratado de Proibição Total de Ensaio Nucleares adoptado pela resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas nº50/245, de 9 de Setembro de 1996, lembrou que até se ter chegado à discussão do Tratado «a

humanidade correu muitos e graves riscos».

### Humanidade correu muitos riscos

Na verdade, sublinhou, «a descoberta da energia nuclear e a sua utilização militar pôs em risco a segurança dos países e a própria existência da humanidade, tão poderosa é a sua força destruidora». Segundo referiu, «a aprovação do Tratado de Proibição Total de Ensaio Nucleares enquadra-se não só no cumprimento de objetivos inseridos na Constituição da República Portuguesa, como também constitui o cumprimento de obrigações internacionais do Estado português, contraídas livremente, quando da sua adesão à ONU».

A terminar a sua intervenção, Rosa Albernaz disse que «nada obsta, pela parte de Portugal, a que aprovemos para ratificação este Tratado».

Para a deputada do PS, «neste ano 2000, Ano Internacional da Cultura, da Paz e da Não Violência, proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, esta aprovação seria uma das muitas contribuições do nosso país para o sucesso desta iniciativa».

J. C. CASTELO BRANCO

UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Direitos humanos

## REPENSAR A UNIVERSALIDADE

Rosa Maria Albernaz defendeu, ontem, em Amã, Jordânia, a redefinição do carácter universal dos direitos humanos. A deputada socialista, que discursava no âmbito da União Interparlamentar, a decorrer até sábado, dia 6, explicou que a evolução sociocultural, geradora de um novo conceito de dignidade das pessoas, implica também novas exigências.

«Ela impõe que os direitos humanos sejam entendidos como direitos de todos, deixando rigorosa e intransigentemente de lado todas as discriminações que, mesmo de forma insidiosa, encapotada, se possa verificar», disse.

Alertando para a necessidade de refundação dos direitos humanos e de repensar a universalidade dos mesmos, Rosa Maria Albernaz advoga uma construção partilhada por todas as

culturas, deixando, de vez, a «forma de imposição da cultura ocidental» que tem pautado a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

«É esse respeito pelos direitos humanos que gostaríamos de ver cumpridos em territórios onde é ainda abissal a distância entre o proclamado e o vivido», disse a parlamentar portuguesa, referindo-se a casos concretos como a difícil situação que se vive no Tibete, ao problema do Chipre e dos curdos.

E porque os direitos humanos requerem sempre uma contínua vigilância ainda que a sua repositição pareça estar mais ou menos normalizada, Rosa Maria Albernaz apelou à comunidade internacional para que se mantenha «fiel guardiã do evoluir de Timor-Leste» e para que incentive o apoio à recuperação económica deste território «lão flagelado».

MARY RODRIGUES

AR

Reunião

## DEPUTADOS PORTUGUESES CONTRA REFORMA APROVADA EM ESTRASBURGO

A Comissão de Assuntos Europeus e os eurodeputados do PS, PSD, CDS-PP e PCP rejeitaram no dia 27, em bloco, a proposta do Parlamento Europeu para a Conferência Intergovernamental (CIG).

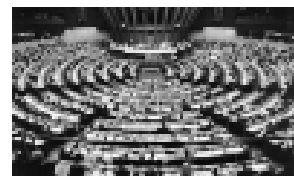
Reunidos na Assembleia da República, os deputados nacionais e os eurodeputados portugueses em Estrasburgo decidiram também promover debates mensais até ao final do processo de revisão do Tratado da União Europeia, como forma de proporcionar maior unidade e peso político às posições portuguesas no contexto dos Quinze.

Dos 25 eurodeputados portugueses, apenas Teresa Almeida Garrett (do PSD) votou favoravelmente o relatório Leinen, documento que é visto pelo PS, PCP, CDS-PP e pela maioria do PSD como desfavorável aos desejados equilíbrios ao nível da representação entre pequenos, médios e grandes países da União Europeia.

Se a CIG seguisse na totalidade as recomendações deste relatório, entre outras consequências, a representação portuguesa em Estrasburgo passaria de 25 para 13 ou 12 deputados.

De salientar que o presidente dos eurodeputados socialistas no Parlamento Europeu, camarada António José Seguro, sublinhou que Portugal não assumirá uma posição egoísta, no que respeita à reforma institucional europeia, considerada essencial para o funcionamento da União na sequência do próximo alargamento.

A este propósito, António José Seguro



lembrou a defesa do PS em relação à existência de uma maior flexibilidade nas cooperações reforçadas entre Estados-membros.

Actualmente, no Conselho Europeu, uma cooperação reforçada necessita de ser apoiada por metade dos Estados-membros, mas os socialistas pretendem baixar a aprovação destas cooperações entre países para um terço do conjunto dos membros da União Europeia.

Depois de evidenciar o seu apoio a um alargamento das matérias comunitárias decididas por maioria qualificada em Conselho Europeu, António José Seguro afirmou que o objectivo da CIG passa por conciliar a soberania dos cidadãos com a soberania dos Estados-membros.

Outro assunto em análise na reunião, relacionou-se com a Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia.

PS, PCP e, aparentemente, a maioria do PSD são favoráveis à ideia da carta ter efeitos vinculativos, sendo integrada no Tratado da União Europeia.

DEPUTADO GONÇALO VELHO

Aposentação

## MAIS UM PROJECTO IRREALISTA DO PSD



O PSD apresentou mais um projecto anacrónico e irrealista que visava consagrar a uniformização dos regimes de apreciação e contagem do tempo de serviço

militar para efeitos de aposentação.

Numa intervenção durante a discussão deste projecto laranja, o deputado do PS Gonçalo Velho afirmou que «não deixa de ser curioso o PSD considerar ser "da mais elementar justiça que o processo de contagem do tempo de serviço militar para efeitos de aposentação não contribua para criar desigualdades", quando se sabe que, enquanto Governo, nada fez para acabar com "tais desigualdades"».

O deputado do PS referiu que «razões de ordem financeira que todos conhecem, designadamente a situação deficitária da caixa Geral de Aposentações, por um lado, e a necessidade de garantir o equilíbrio e sustentabilidade do regime geral de segurança social, por outro, aconselham a manutenção dos actuais critérios de



contagem do tempo de serviço militar obrigatório e respectivas bonificações para efeitos de aposentação».

Gonçalo Velho adiantou que «num momento em que se discute o futuro do sistema de protecção social português, há que ponderar de forma séria e responsável todo e qualquer agravamento da despesa ou diminuição da receita neste domínio».

J. C. C. B.

## GARANTIR FIABILIDADE DEMOCRÁTICA

Os deputados socialistas Jorge Lacão e Manuel Alegre, entre outros, consideraram «inaceitável» que, da admissão das soluções dos projectos de lei do PSD e CDS-PP (sobre o voto dos emigrantes nas eleições para a Presidência da República), viesse a admitir-se a possibilidade de exercício do direito ao voto de indivíduos eventualmente nascidos e educados fora do território nacional, sem laços relevantes com a comunidade política nacional, podendo nem sequer dominar a língua portuguesa e também, por efeitos de dupla nacionalidade, terem dupla participação política tanto no Estado português como no país de residência. Os parlamentares do PS explicam, no texto de uma declaração de voto, que votaram

contra os referidos diplomas «porque as possibilidades de exercício do direito ao voto está previsto na Constituição em termos que importam o reconhecimento legal de um requisito habilitador: o de que os cidadãos portugueses residentes no estrangeiro revelem possuir laços de efectiva ligação à comunidade nacional». Segundo os deputados do GP/PS, os projectos laranja e «popular» mostram-se «inteiramente desconformes quanto à densificação do referido princípio constitucional. «Os seus autores, além da desconformidade à Constituição, mostram-se tributários de uma concepção de soberania manifestamente incompatível com o significado da soberania democrática e popular que é matriz do

regime democrático», lê-se na declaração de voto.

Num outro texto declarativo os deputados Nelson Baltazar, José Medeiros Ferreira, João Rui Almeida, Ricardo Castanheira, Jorge Strecht Ribeiro, Miguel Coelho, José Penedos, João Cravinho e Luísa Portugal, entre outros, sublinham a diferença fundamental entre a eleição para a Assembleia da República e a eleição para Presidente da República.

«Não só se passa de um órgão de soberania colegial para um órgão de soberania unipessoal como de um sistema eleitoral proporcional para um maioritário», escrevem.

Para os parlamentares do PS, «a eleição do Presidente da República por todos os cidadãos portugueses, incluindo os residentes no estrangeiro, deve realizar-se em condições de garantia constitucional expressa na fiabilidade democrática do exercício do voto».

«Para tanto consideramos que devem ser

asseguradas as garantias de que os cidadãos eleitores, com nacionalidade portuguesa tenham «laços de efectiva ligação» à comunidade nacional», esclarecem.

Esses laços devem ser, na opinião dos deputados, «afetados por condições objectivas e consistentes de identificação dos nacionais com direito a participarem na vida política do Estado».

Os subscritores da declaração em questão entenderam que o exercício presencial do voto «é condição do respeito pela exigência constitucional de pessoalidade e sigilo do voto, evitando riscos acrescidos de manipulação e fraude».

Atendendo que a proposta de lei apresentada pelo Executivo nesta matéria se identifica com o princípio da presencialidade, os deputados do GP/PS declaram tê-la votado favoravelmente na generalidade, «na convicção que será garantida a fiabilidade democrática do exercício do voto».

MARY RODRIGUES

DEPUTADO JOSÉ BARROS MOURA

Política para os PALOP

## A «LIÇÃO» DO PSD



(PALOP), «e muito menos a interpelação de Durão Barroso».

A observação foi feita, no passado dia 27, na Assembleia da República, pelo deputado do PS Barros Moura, que aproveitou este debate «desactualizado» para recordar que «o PSD não tomou nunca claras divergências de fundo quanto à política em relação aos PALOP no seu conjunto e a Angola em particular».

«A diferença está em que onde o PSD prometeu, o PS fez», disse, referindo-se à CPLP, Instituto Camões, centros culturais, promoção da língua portuguesa, bolsas de estudo, RTP-África e ao aumento das verbas para a cooperação.

Segundo Barros Moura, o Partido socialista não recebe nenhuma lição do PSD e muito menos nesta matéria, porque onde ele fez propaganda de boas relações o Governo socialista implementou práticas efectivas de cooperação.

«Mas se o PSD pretende dar lições sobre o modo de fazer política externa, de relacionamento com os PALOP e de dignidade do Estado, teremos de lhe lembrar alguns pequenos pormenores», ironizou o deputado do GP/PS, referindo-se, entre outros exemplos, ao conhecido «enxovalho público» que o antigo ministro laranja André Gonçalves Pereira recebeu, sem reagir, do Presidente Samora Machel, e à expulsão do então secretário de Estado Durão Barroso da África do Sul do *apartheid* a que não se seguiu qualquer corte de relações diplomáticas.

Recusando o rótulo de inerte, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, através de José Barros Moura, lembrou que as «inqualificáveis acusações» de que foram vítimas, num passado recente, os camaradas Mário e João Soares tiveram a resposta possível e a «adequada» por parte do Parlamento, por iniciativa do PS e atendendo às posições das diferentes bancadas.

O fundamental agora, para o deputado socialista, é discutir com utilidade como preservar aprofundar e desenvolver as relações com Angola, «no interesse dos dois povos e ajudando simultaneamente ao restabelecimento da paz».

Acusando o CDS-PP de «saudosismo» e «passadismo» nesta matéria, Barros Moura referiu o inconformismo dos «populares» com o fim das colónias, aproveitando para apelar a um virar da página e para um agir sem ressentimento.

«A menos que alguém grite de novo "para Angola, rapidamente e em força!" – mas nesse caso deveria haver a decência de não escorregar dos gritos alguém que na altura própria se furtou a combater – não há outros modos de contribuir para a resolução dos problemas que não sejam os meios diplomáticos e políticos que também, eles próprios, obedecem a regras e princípios», declarou.

Ao concluir, explicando que Portugal não pode tomar isoladamente posições de ruptura de relações, José Barros Moura defendeu, categórico, a prossecução e aperfeiçoamento da nossa prática política externa, «baseada em princípios e valores éticos, numa dimensão cultural, na solidariedade com os povos dos novos Estados e na defesa dos interesses legítimos do estado e do povo português».

MARY RODRIGUES

DEPUTADO MANUEL DOS SANTOS

Finanças

## A ABSURDA LEI DE ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL DO PSD



O vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS Manuel dos Santos considerou no dia 27 «absurdo e incorrecto tecnicamente» o projecto de lei de enquadramento

orçamental do PSD, apresentado por Durão Barroso

Trata-se de mais uma das acções levadas a cabo pelo presidente do PSD para calar a contestação interna no seu partido, mostrando que faz oposição ao Governo. Só que iniciativas como esta são autênticos tiros no pé como o demonstrou o deputado socialista Manuel dos Santos que desmontou pedagogicamente mais esta iniciativa populista e demagógica do ainda líder laranja que disputa a liderança da direita com Portas, num braço-de-ferro que faz as delícias de alguns órgãos de informação e põe os sectores conservadores à beira de um ataque de nervos.

«Depois de tanta expectativa, este projecto do PSD representa uma absoluta frustração», afirmou o dirigente da bancada socialista.

Manuel dos Santos adiantou que o Governo irá entregar uma proposta de revisão da lei de enquadramento orçamental «com profundas modificações».

De acordo com este deputado, a proposta

de lei, entre outros aspectos, destina-se a criar mecanismos para controlar de forma mais eficaz as despesas dos institutos públicos, dos fundos autónomos e dos recursos comunitários.

Manuel dos Santos disse que o diploma do PSD apenas apresenta um conjunto de pequenas correcções à lei de enquadramento orçamental, mas, mais grave, contém várias incorrecções do ponto de vista técnico e propõe algumas soluções verdadeiramente absurdas.

Uma das propostas absurdas, exemplificou, é a intenção do PSD de regionalizar o Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), «o que tornaria a Administração Pública extremamente rígida».

Os socialistas rejeitam igualmente a ideia do projecto do PSD delimitar os contratos *leasing* do Estado a um valor de um por cento da dívida pública, cerca de 120 milhões de contos.

«Os contratos em *leasing* são utilizados nos Estados europeus e são importantes porque permitem financiamentos em parceria com os grupos privados», justificou o vice-presidente da bancada socialista.

O PSD, recorde-se, apresentou no dia 27 um projecto de lei que visa fixar o montante máximo de dívida pública do Estado. J. C. C. B.

ARGEL

Pina Moura refere

## PORTUGAL ESTÁ PRONTO A AJUDAR ARGÉLIA NAS NEGOCIAÇÕES COM BRUXELAS

O ministro da Economia e Finanças português, Pina Moura, declarou no dia 29 de Abril em Argel que Portugal, que preside actualmente à União Europeia (UE), está pronto para ajudar a Argélia nas suas negociações do Acordo de Associação com a UE.

O ministro português fez esta declaração num hotel de Argel, onde as delegações dos dois países se reuniram.

Pina Moura afirmou que nas suas negociações com Bruxelas, a Argélia pode contar com o apoio de Portugal para defender a reivindicação da «flexibilidade» do «dossier» agrícola do Acordo de Associação, cujas negociações foram retomadas com a chegada de uma delegação a Argel nos dias 3 e 4 de Maio. A delegação europeia é presidida pelo embaixador português Paulo Barbosa.

O ministro português afirmou também que a presidência portuguesa está empenhada no desenvolvimento de uma nova regulamentação do programa MEDEA 2 (de apoio da UE), para o qual Portugal fez propostas de maneira a melhorar a execução dos projectos, nomeadamente a quantificação e a flexibilidade dos procedimentos que são muito importantes para a Argélia e os outros países da margem



sul do Mediterrâneo. Pina Moura sublinhou que a «Argélia pode contar com o forte apoio da presidência portuguesa para defender em Bruxelas vias pragmáticas que possam traduzir-se no apoio efectivo à modernização da economia argelina, criando condições para uma melhor cooperação das empresas». Por seu lado, o ministro da Participação e Coordenação das Reformas argelino, Hamid Temmar, disse que «a agricultura é importante para a Argélia, mas que a indústria ainda é mais». Acrescentou que «os nossos amigos portugueses também nos vão ajudar no "dossier" industrial».

ITÁLIA

Novo Governo

## GIULIANO AMATO OBTÉM CONFIANÇA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O presidente do Conselho italiano, Giuliano Amato, obteve no passado dia 28 de Abril a confiança da Câmara dos Deputados com uma confortável maioria.

O novo chefe do Governo obteve 319 votos a seu favor - mais dez que os necessários - contra 298, com 5 abstenções.

Os deputados Verdes, que tinham lamentado o facto da pasta do Ambiente não ser confiada a alguém do seu partido, votaram todos favoravelmente a Amato.

Entre os democratas de Romano Prodi, apenas dois dos seus 19 deputados votaram contra, enquanto um dos 20 deputados da UDEUR (formação centrista da maioria) votou também contra.

A oposição de centro-direita, liderada pelo homem mais rico de Itália e que por isso quer manter os seus privilégios a todo o custo, o conhecido magnata Silvio Berlusconi, e o movimento secessionista da Liga do Norte negaram o seu voto de confiança a Amato.

Os comunistas ortodoxos da Refundação

(13 deputados) votaram também contra, unindo-se objectivamente à direita numa santa aliança do bota-abixo, enquanto os 19 deputados do Partido dos comunistas italianos (PDCI) votaram favoravelmente.

Com 23 ministros e 54 secretários de Estado, o Governo de centro-esquerda de Giuliano Amato é o 58º governo italiano desde o fim da II Guerra Mundial.

Enquanto Governo de transição, este Executivo terá como primeira tarefa organizar os referendos previstos para 21 de Maio.

### Política fiscal favorável às famílias

No seu discurso de política geral, Amato comprometeu-se ainda a aprovar uma política fiscal favorável às famílias e pequenas empresas.

O voto de confiança no Senado, de maioria centro-esquerda, realizou-se na passada terça-feira.

DESPORTO

Euro 2004

## EURODEPUTADO PS ACUSA CCRA DE FALTA DE TRANSPARÊNCIA

O eurodeputado socialista Joaquim Vairinhos acusou a Comissão de Coordenação da Região do Algarve (CCRA) de falta de rigor e de transparência nos estudos para o futuro Parque das Cidades, onde se disputará o Euro 2004. Em conferência de Imprensa, o ex-presidente da Câmara Municipal de Loulé assegurou que, graças a tal gestão, o novo estádio intermunicipal Faro/Loulé, onde se disputará o Euro 2004, «poderá ser um fracasso», por não estar garantida a sua sustentabilidade financeira.

Segundo Vairinhos, o recinto com 30 mil lugares a construir no futuro Parque das Cidades «é um elefante branco onde as pessoas irão de 15 em 15 dias, quando houver jogos».

### Elefante branco

Vairinhos, que atribuiu à Comissão de Coordenação da Região do Algarve

(CCRA) a responsabilidade pelo projecto, explicou que «este não é o estádio de que o Algarve precisava», embora tenha ressalvado que não pretende com a presente tomada de posição pôr em causa a sua construção e a participação do Algarve no Euro 2004.

Reivindicando o seu papel na concepção do estádio intermunicipal, no anterior mandato camarário, frisou não estar garantida a sustentabilidade comercial do projecto, dada a falta de espaços de animação, lojas, restaurantes e cinemas no espaço envolvente do estádio, «à semelhança dos novos estádios do Sporting ou do Porto».

Numa intervenção contundente para «fazer pensar a opinião pública do Algarve» que «está muito calada e parada», o deputado europeu garantiu que o futuro Parque das Cidades, equidistante de Faro e Loulé, vai ao arripio o ordenamento do território do Algarve.



ÁUSTRIA

1º de Maio

## SOCIAL-DEMOCRATAS REÚNEM 100 MIL MANIFESTANTES EM VIENA

O Partido Social-Democrata austríaco (SPOE) - membro da Internacional Socialista -, o mais votado nas últimas eleições e principal partido da oposição, reuniu no dia 1 de Maio em Viena cerca de 100 mil manifestantes por ocasião do Dia do Trabalhador.

Os manifestantes que participaram na marcha organizada pelos social-democratas protestaram contra a política do Governo liberal-popular do chanceler federal Wolfgang Schuessel.

«Em Klagenfurt reúnem-se os traidores dos trabalhadores e em Viena os seus representantes», assinalou o presidente do SPOE, Alfred Gusenbauer, ao discursar na Praça da União da capital austríaca.

Gusenbauer referia-se ao congresso nacional do Partido da Liberdade (FPÖ) que decorria na capital do Estado de Caríntia, Klagenfurt, e no qual foi formalizada a sucessão de Joerg Haider na liderança do FPÖ.

O líder dos social-democratas austríacos assegurou que não só há racismo e xenofobia na Áustria, devido ao FPÖE, mas também em toda a Europa citando como exemplo a Itália e a Espanha.

Na opinião de Gusenbauer, é necessário realizar uma grande conferência europeia sobre o racismo na qual sejam traçadas as directrizes para actuar contra a xenofobia.

O líder da oposição austríaca afirmou que a sua força política vai «retirar a coligação governamental do poder» na medida em que é necessário proteger a Áustria «principalmente de Joerg Haider».

Além de Gusenbauer, o anterior ex-líder do partido e ex-chanceler Viktor Klima, o também ex-chanceler Franz Vranitzky e o presidente do município de Viena, Michael Haupt.

As manifestações convocadas pelos social-democratas em diversas cidades austríacas reuniram milhares de pessoas.

## TRABALHO PRECÁRIO ATINGE PROPORÇÕES ALARMANTES

(...)  
 E um facto novo se viu  
 Que a todos admirava:  
 O que o operário dizia  
 Outro operário escutava.  
 E foi assim que o operário  
 Do edifício em construção  
 Que sempre dizia sim  
 Começou a dizer não.  
 E aprendeu a notar coisas  
 A que não dava atenção:  
 Notou que a sua marmitta  
 Era o prato do patrão  
 Que a sua cerveja preta  
 Era o uísque do patrão  
 (...)

Vinicius de Moraes  
 «O operário em construção»

**O alerta para as proporções alarmantes do trabalho precário foi o denominador comum nas diversas celebrações do 1º de Maio levadas a cabo pelo movimento sindical de diferentes matrizes em vários pontos do País.**

**M**ais do que lutar às vezes por décimas de aumentos, o movimento sindical deve ter como prioridade da sua acção o combate à precariedade laboral. Neste quadro o 1º de Maio confirmou que o movimento sindical, na sua generalidade, consegue, com muita clarividência, distinguir o essencial do acessório, elegendo a luta contra a precariedade laboral como uma das suas principais bandeiras.

A precariedade laboral, recorde-se, continua a ser uma pesada herança do consulado cavaquista, apesar de algumas medidas importantes implementadas pelo Governo do PS, é necessário sublinhar, para combater este relação laboral atípica. Mais uma vez de costas voltadas as duas centrais comemoraram o Dia do Trabalhador.

Junto à Torre de Belém, nas celebrações da UGT, houve intervenção sindical e variedades que tiveram como cabeças de cartaz dois artistas da música ultraligeira. No seu discurso, o secretário-geral da central de Buenos Aires, João Proença, teceu duras críticas à política económica e social do Governo, acusando, nomeadamente, o Executivo do PS de fixar metas de inflação «irrealistas» para diminuir os aumentos salariais.

João Proença afirmou não estar satisfeito com o crescimento económico do país, que só «muito lentamente» vai aproximando Portugal da Europa.

Num vasto rol de críticas que se estendeu à precariedade de emprego, ao aumento dos combustíveis, aumento da desigualdade, às pensões de reforma, à



pobreza, exclusão social, qualidade dos serviços nas áreas da educação, justiça e saúde, e às políticas económicas e sociais, o líder da UGT criticou duramente a política do Governo socialista, considerando que «é necessário, é possível ir mais longe».

### Aumentos salariais inaceitáveis

João Proença afirmou que o Governo aumentou os combustíveis «de uma maneira desastrada», afectando o poder de compra dos trabalhadores e das famílias, e acusou o Executivo de querer impor, no sector público, aumentos salariais «claramente inaceitáveis».

«O Governo não pode, não deve conduzir uma política salarial ao lado dos patrões, mais preocupados com o lucro no curto prazo», afirmou, acrescentando que «o futuro do País não está nos baixos salários, mas sim num trabalho cada vez mais qualificado».

Assim, manifestou «total apoio» à greve da Administração Pública marcada para o dia 9 e aos trabalhadores da Carris e do Metro, que «querem os aumentos salariais a que têm direito».

Segundo o líder da central sindical democrática, é preciso uma política diferente, que aposte no crescimento dos

salários reais, na melhoria das pensões e na recuperação das mais degradadas, que promova serviços públicos de qualidade na educação, justiça e saúde, que promova o progresso económico lado a lado com o progresso social, que aposte numa política de mais e melhor emprego, que garanta os direitos de quem trabalha e que combata a pobreza e a exclusão social.

### A urgente reforma fiscal

No seu discurso, João Proença afirmou não procurar a conflitualidade, mas sim a negociação e a concertação, defendendo um avanço na reforma fiscal, da segurança social, acordos de rendimentos que reforcem a negociação colectiva e exigindo uma política de imigração que acabe com a chaga social da imigração ilegal e o direito da organização de sindicatos de polícia.

Relativamente aos polícias, que aderiram também às manifestações do 1º Maio, estando presentes na festa promovida pela UGT, João Proença apelou e bem para que não se deixem «confundir nos objectivos da sua luta pelo direito à negociação e à organização sindical».

«Manifestamos o nosso apoio ao sindicato na polícia. A liberdade sindical implica, de facto, o direito à organização sindical da

polícia. Mas apelamos à polícia para não confundir a luta pelos seus direitos com eventuais intervenções de outro tipo», sublinhou.

Saliendo que na presidência da União Europeia Portugal tem defendido «e bem» o pleno emprego, a melhoria da protecção social, a sociedade de conhecimento, o líder da UGT lançou o desafio: «Sejamos capazes de passar do discurso à acção em Portugal».

Entretanto, na Alameda D. Afonso Henriques, nas celebrações da CGTP, o discurso contra o Governo, como habitualmente, foi ainda mais duro, dado que, como se sabe, o peso do PCP é determinante e avassalador na orientação desta central.

Por entre críticas à política económica e social do Governo, o líder da CGTP, Carvalho da Silva, no seu discurso, reivindicou mais salário e emprego, com mais direitos e melhor segurança social.

Enquanto o discurso de Carvalho da Silva era seguindo com atenção por uma vasta assistência, outra grande parte dos manifestantes acotovelavam-se junto das tasquinhas e dos vendedores ambulantes. Ao contrário de Portugal, noutras partes do Globo a celebração do 1º de Maio não foi pacífica, registando-se confrontos, nomeadamente na Grã-Bretanha, Suíça e Estados Unidos.

J. C. CASTELO BRANCO

EDUCAÇÃO

Ensino superior

O INICIAR DE UM «NOVO CICLO»

O ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins, salientou, no dia 2, no Porto, que o ensino superior universitário e politécnico está a iniciar um «novo ciclo de vida», sendo necessário «compreender os estímulos ligados à internacionalização e abertura de fronteiras».

Em declarações aos jornalistas, à margem da conferência sobre «Ensino Superior Aberto a Novos Públicos», no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, Oliveira Martins sublinhou a importância de um relatório elaborado pelo Centro de Investigação da Política do Ensino Superior (CIPES) sobre a actual situação deste ensino a nível europeu.

De acordo com o relatório, as duas preocupações mais sentidas passam pela visão de uma educação melhorada como um «ingrediente indispensável» para a competitividade europeia e pela necessidade de aumentar as habilitações através de formação contínua.

Relativamente a um outro estudo do CIPES, que aponta para a necessidade de ser criado um organismo independente para regular o ensino superior, Oliveira Martins referiu que o documento está na linha da actuação do Ministério da Educação, que aliás apresentou já à Assembleia da República «uma proposta de lei para o



ordenamento e organização do ensino superior».

Segundo Oliveira Martins, o ordenamento a desenvolver por essa «autoridade independente» deverá ser feito quer do ponto de vista territorial, quer potenciando a ligação entre o ensino superior e o tecido produtivo e vida activa.

De acordo com o presidente do CIPES, Alberto Amaral, a justificação para a criação deste organismo independente, que

funcionaria como um «organismo-tampão» entre o Governo e as instituições de ensino, «menos sensível às mudanças políticas envolventes», é explicada pelo facto de «ao longo destes anos o Estado, que devia ser o regulador deste sistema (de ensino superior) não ter actuado como tal».

Em consequência, em vez de terem sido desenvolvidas as áreas científicas e tecnológicas, «o que foi privilegiado foram as áreas das ciências sociais e

humanidades», que envolvem investimentos menos elevados.

Questionado pelos jornalistas sobre a possibilidade de alguns sindicatos de professores aderirem à greve geral da função pública agendada para 9 de Maio, Oliveira Martins afirmou terem sido já marcadas reuniões com algumas estruturas sindicais de forma a «estabelecer o diálogo e ver quais os pontos que estão em causa, uma vez que não se trata de questões de carreira».

É necessário uma «grande tomada de consciência sobre a necessidade de se compreender que as escolas são os centros da vida educativa e que nada se poderá fazer sem os professores e educadores», defendeu.

«Temos uma preocupação de garantir que o professor tenha um papel fundamental na vida da escola, que tenha a sua profissão valorizada e que veja a sua autoridade na sala de aula devidamente reconhecida», acrescentou.

O ministro garantiu ainda que a Rede Nacional de Educação Pré-escolar vai chegar a todas as crianças, estando prevista uma actuação conjunta entre os ministérios da Educação e do Trabalho e Solidariedade para «definir o que é indispensável (para o funcionamento desta rede)».

ENSINO PÚBLICO

Subsídio por desemprego

DOCENTES CONTRATADOS JÁ PODEM RECORRER

Os docentes com contrato administrativo dos estabelecimentos de educação e ensino públicos já podem recorrer ao subsídio de desemprego, ao abrigo do novo regime de protecção social aprovado em Fevereiro, anunciou, no dia 29, o Ministério da Educação.

O decreto-lei que estabelece o subsídio na eventualidade de desemprego destes profissionais foi publicado no passado dia 26 de Abril, em «Diário da República», e entrou em vigor um dia depois.

A medida, que abrange educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário não inseridos nos quadros, visa responder a uma «antiga e legítima» aspiração dos docentes, de acordo com o ministério da 5 de Outubro.

A nova legislação determina que durante o período de concessão do subsídio de desemprego, os beneficiários aceitem funções compatíveis com as suas habilitações dentro do Centro de Área Educativa da sua residência.

Ficam igualmente obrigados a aceitar acções de formação profissional, de acordo com o texto publicado em «Diário da República».

São enquadrados pelo diploma os docentes



contratados dos estabelecimentos públicos para satisfazer as necessidades do sistema educativo não colmatadas pelo pessoal dos quadros ou resultantes de ausências temporárias de docentes.

O diploma segue-se ao Acordo de Concertação Estratégica, celebrado entre o Governo socialista e os parceiros sociais em 1996.

O Ministério da Educação sublinha que a medida apresenta um carácter de protecção social, que deve ser entendido num «conjunto mais amplo de garantia de estabilidade e melhoria das condições de trabalho de educadores e professores veiculados ao ministério».

SEGURANÇA

Violência doméstica

ATENDIMENTO TELEFÓNICO 24 HORAS POR DIA

Está já em funcionamento, desde ontem, uma linha telefónica de apoio a vítimas de violência doméstica com funcionamento 24 horas por dia e 365 dias por ano, «porque a violência doméstica não escolhe dia nem hora».

Para o efeito, foi assinado, também no dia 3, um protocolo entre os Ministérios da Justiça e Igualdade e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), que prevê 31 500 contos até ao fim do ano para assegurar a linha permanente, que é gratuita e confidencial.

Até agora a linha funcionava entre as 9 horas e as 17 e 30 de todos os dias úteis e estava a cargo da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres (CIDM). Este organismo estatal continuará a assegurar o atendimento naquele período, ficando a APAV responsável pelo período nocturno, fins-de-semana e feriados.

João Lázaro, secretário-geral da APAV, disse que a associação recrutou cerca de 30 pessoas entre os seus voluntários em todo o País para assegurar o atendimento no período referido.

Estes técnicos de apoio à vítima, sobretudo psicólogos, juristas e assistentes sociais, tiveram formação sobre atendimento

telefónico e poderão prestar a designada «intervenção em crise», adiantou.

Dar apoio emocional, informar e encaminhar os queixosos para os serviços de apoio à vítima, hospitais, polícia, CIDM ou centros de acolhimento são tarefas dos voluntários da APAV, bem como das dez pessoas que asseguram o atendimento na CIDM.

Segundo João Lázaro, cerca de 70 por cento do total de atendimentos feitos pela APAV em 1999, nos 11 gabinetes que possui em Portugal, dizem respeito a situações de violência doméstica. Em causa estiveram 2 300 «vítimas principais», mas o total de vítimas pode ascender às cinco mil pessoas, tendo em conta por exemplo os filhos, adiantou o secretário-geral da APAV.

O alargamento do horário de funcionamento dos serviços telefónicos de emergência existentes para informação e encaminhamento permanente das vítimas de violência doméstica é uma das medidas previstas no Plano Nacional contra a Violência Doméstica aprovado o ano passado e cujo primeiro relatório intercalar de acompanhamento foi apresentado ontem.



## Albufeira

### Programa Polis para o município

Albufeira é uma das 15 cidades abrangidas pelo Programa Polis, uma iniciativa do Governo, de largo alcance no domínio ambiental, que tem por objectivo a melhoria da qualidade de vida nas cidades, procurando, através de intervenções de carácter urbanístico e ambiental, estimular a competitividade e o interesse pelos pólos urbanos.

### Iluminação do estádio municipal

O Executivo da Câmara Municipal de Albufeira deliberou aprovar as peças do processo e abriu concurso público com vista à adjudicação e conclusão da empreitada de iluminação do estádio municipal de Albufeira. Trata-se de uma obra orçada em cerca de 100 mil contos.

## Almodôvar

### Dia do Município

A inauguração do complexo desportivo de Almodôvar, com a presença do ministro Fernando Gomes, foi o ponto principal das comemorações do Dia do Município, que decorreu no dia 17 de Abril.

O lançamento de pára-queidistas do Aero Clube de Évora; uma demonstração de natação, com a participação de atletas do Aminata Clube de Natação de Évora; um torneio de ténis; provas de atletismo; o carrocel-moto da GNR e um beberete fizeram ainda parte do programa do Dia do Município.

## Amarante

### Encontro Distrital dos Clubes da Floresta

Numa organização da Câmara Municipal de Amarante, realiza-se amanhã, dia 5, na serra do Marão, o Encontro Distrital dos Clubes da Floresta da Região do Porto.

A concentração terá lugar no Parque Florestal de Amarante, onde se irão reunir em convívio cerca de 1500 alunos e 90 professores.

No decorrer do Encontro irão realizar-se diversas actividades relacionadas com a floresta, como sejam percursos pedestres, jogos tradicionais, entre outras.

## Cascais

### Sociedade Musical de Cascais recebe apoio para obras

A Câmara Municipal de Cascais vai entregar à Sociedade Musical de Cascais um apoio no valor de seis mil contos, para possibilitar a realização de obras na sede social desta instituição fundada em Maio de 1914.

Actualmente com cerca de um milhar de associados, a Sociedade Musical de Cascais necessita de remodelar a sua sala de teatro, espaço de exposições, bar, salão de festas, bem como criar salas de apoio para a escola de música, rancho folclórico, grupo cénico, biblioteca e banda.

## Faro

### Câmara revê estacionamento na Baixa da cidade

O município de Faro vai permitir, desde que sejam preenchidos determinados requisitos, o estacionamento livre aos residentes na zona de estacionamento condicionado na Baixa da cidade.

Esse estacionamento será efectuado na rua mais próxima da residência.

Com esta medida, a Câmara de Faro corresponde a uma recomendação da Assembleia Municipal.

## Ferreira do Alentejo

### Exposição sobre o Brasil

No âmbito das comemorações dos 500 anos do «achamento» do Brasil, a Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo está a organizar desde o passado dia 26 de Abril e até 12 de Maio a exposição «Cinco séculos, cinco sentidos, à descoberta do Brasil». A mostra, que se encontra patente ao público na Biblioteca Municipal de Ferreira do Alentejo, consta de cartazes e vídeos do Brasil, mostra de artesanato, doçaria e gastronomia brasileira e ainda odores e sabores do país irmão.

## Ovar

### Conselho Local de Acção Social

No passado dia 28 de Abril tomaram posse, no salão nobre da Câmara Municipal de Ovar, os 25 membros do Conselho Local de Acção Social do Município de Ovar.

O Conselho Local de Acção Social é um órgão consultivo que, além do mais, tem por objectivo a instalação da Rede Social a nível local.

De salientar que o concelho de Ovar foi um dos 41 concelhos seleccionados pelo Ministério da Solidariedade para implementar este programa-piloto que visa renovar e sugerir estratégias de intervenção de modo a combater a pobreza e a exclusão social no concelho e conceber e avaliar políticas sociais concelhias integradas no desenvolvimento estratégico do município.

## Porto

### Autarquia quer devolver a Baixa aos peões

Passeios largos, ruas estreitas e parques de estacionamento subterrâneo são as soluções com que a Câmara do Porto espera vir a facilitar a circulação automóvel na Baixa da cidade, devolvendo-a, ao mesmo tempo, aos peões.

«Está provado que as vias de circulação automóvel largas são um convite ao estacionamento irregular, nomeadamente em dupla fila», disse, no Porto, o assessor da autarquia para o sector dos transportes.

Pedro Silva falava no colóquio sobre «Os transportes públicos de passageiros e as políticas municipais», que decorreu no auditório do INETI, no Porto.

O projecto prevê a criação de um mínimo de parques de estacionamento subterrâneo, nas várias praças da cidade, cuja construção e exploração estará a cargo de operadores privados, pelo que não envolvem custos para a autarquia, possibilitando, além disso, a oferta de estacionamento para residentes na zona central do Porto.

A aposta da autarquia passa pela criação de uma ampla oferta de transportes públicos, entre os quais se conta o reforço da rede de linhas de eléctrico, que passarão a circular em passeios alargados, semelhantes aos existentes na marginal junto ao Douro.

«Esta solução tem a vantagem de impedir o estacionamento de veículos automóveis nas linhas de eléctrico, impedindo a sua circulação», disse Pedro Silva.

O técnico disse que esta rede de carros eléctricos a criar terá como objectivo principal facilitar a circulação entre as duas zonas pedonais por excelência da baixa portuense, as ruas de Cedofeita e de Santa Catarina. Uma das linhas criará um «anel» entre as duas zonas, com os eléctricos a sair de

Massarelos, junto ao Museu do Carro Eléctrico, subindo a Rua da Restauração até aos Leões, após o que descerão à Baixa e voltarão a subir pela Rua de Ceuta em direcção à zona de Cedofeita, voltando à Restauração.

No entanto, Pedro Silva sublinhou que, por causa das acentuadas pendentes que este percurso envolve, esta linha terá que ser assegurada pelos eléctricos mais antigos, já que os mais modernos não dispõem de força de tracção e de capacidade de frenagem necessárias para efectuar este serviço.

O técnico referiu ainda a próxima entrada em funcionamento do corredor «Metrobus» que ligará a Foz à Baixa, através da Rua do Campo Alegre, numa extensão de cinco quilómetros, a entrar em funcionamento já no mês de Maio, e que se distinguirá por um tapete betuminoso de cor vermelha e paragens niveladas com o piso dos autocarros.

A autarquia está a estudar a possibilidade de criar um percurso semelhante entre o Campo 24 de Agosto e a Areosa, através da Avenida Fernão de Magalhães.



## INFRA-ESTRUTURAS

Agostinho Gonçalves\*

# PRECISA-SE NOVA PONTE DE ENTRE-OS-RIOS

**A** ligação de Entre-os-Rios a Castelo de Paiva, foi já considerada no século XIX de grande importância social e económica para o desenvolvimento do distrito do Porto e de Aveiro.

Assim, a 25 de Janeiro de 1886, na administração do concelho de Penafiel, pelo meio-dia, foi aberto concurso para a execução da Ponte.

A ponte metálica, tem de comprimento 348 metros e de altura 28 metros «sob a linha de estagiagem». A estrutura metálica é dividida em cinco tramos iguais de 50 metros de comprimento. Os pilares são de alumínio e contacto.

Toda a empreitada foi executada pela sociedade de Bainele-Coute (Bélgica).

Hinteze Ribeiro é o nome da ponte, do então, ministro da Monarquia, que ordenou a sua construção.

Hoje, decorrido mais de um século, constata-se que a ponte está em mau estado de conservação e que não satisfaz minimamente as necessidades das populações que diariamente a utilizam. Em finais da década de 90 do século XX a então JAE, por solicitação da Câmara Municipal de Penafiel, abre concurso para a elaboração do projecto da Nova ponte de Entre-os-Rios. Com o projecto concluído e aprovado, terá de haver vontade política para a realização da obra. Para o efeito, já se encontra contemplado no PIDDAC de 2000 verba para o arranque.

Acreditamos que o ministro Jorge Coelho e o secretário de Estado das Obras Públicas, Luís Parreirão, irão muito em breve pôr a obra a concurso. É, sem dúvida, uma obra estruturante para o Vale do Sousa que, de muito mais investimentos de desenvolvimento está carecido.

\*Deputado do PS

## GUTERRES QUEIXA-SE DA OPOSIÇÃO E DE ALGUNS SOCIALISTAS

O camarada António Guterres queixou-se no dia 29 do que considerou uma «campanha sistemática» da oposição, por vezes «com a cumplicidade» de socialistas, contra a sua figura, devido às suas ausências de Portugal no âmbito da presidência da União Europeia (UE). «Quando um país exerce a presidência da UE há uma certa trégua política, mas nunca, depois de quatro anos de Governo, vi a oposição tão encarniçada, num destruir e bota-abaixo permanentes», sustentou o primeiro-ministro, que manifestou, contudo, a sua determinação em «garantir até ao fim o exercício da presidência portuguesa da UE em termos altamente prestigiantes para Portugal».

António Guterres aludiu mesmo a uma «campanha sistemática da oposição, às vezes com a cumplicidade de alguns membros do PS» relativamente às suas ausências do País.

O líder socialista intervinha em Coimbra na sessão de encerramento da Convenção Nacional de Autarcas do PS, na qual foi aprovado (com duas abstenções) um documento que é um contributo para a proposta de lei de reforma do sistema eleitoral das autarquias locais.

### Pontos nos «is»

«O que devia ser motivo de orgulho para todos serve para combater politicamente o Governo», criticou o secretário-geral do PS.

Adiantou que as suas «deslocações frequentes ao exterior são feitas em nome dos interesses de Portugal e não com carácter turístico».

Para o primeiro-ministro, «nunca uma oposição foi tão agressiva e nunca procurou desencadear tantos conflitos sociais como neste semestre de presidência da União Europeia», responsabilizando o PCP por «provocar várias formas de agitação social».

«Não está em causa o direito à greve, mas a tentativa de provocar problemas em toda a parte não tem tudo paralelo na vida política portuguesa», acrescentou.

Reportando-se à reforma do sistema eleitoral do poder local, o líder do PS referiu que ela deve resultar de uma síntese das «duas sensibilidades» que pôde notar durante o debate da tarde: a escolha da equipa do executivo a partir dos elementos do órgão deliberativo e a necessidade de dar meios a este para controlar e fiscalizar os executivos.

«É uma reforma necessária, corajosa, para romper com o imobilismo de décadas e pôr os pontos nos «is» no exercício do poder local», sublinhou. A reforma, que os socialistas querem ver aplicada já nas próximas eleições



autárquicas, prevê que o presidente do órgão executivo passa a ser o cabeça da lista mais votada na eleição para o órgão deliberativo.

O presidente do executivo tem

competência para constituir a sua equipa entre os membros do órgão deliberativo.

É previsto, igualmente, o reforço das competências de controlo e fiscalização das assembleias municipais e a

institucionalização das candidaturas de cidadãos independentes.

### Poder local tem sido baluarte da democracia

Para o presidente da Câmara de Coimbra, Manuel Machado, o poder local após o 25 de Abril de 1974 tem sido «um baluarte da democracia, do desenvolvimento e do progresso».

«Tudo o que fizemos tem de ter em atenção o caminho percorrido, tem de saber aproveitar o que de bom se alcançou e existe e melhorar aquilo que são as dificuldades e os estrangulamentos», acrescentou.

O presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Mário de Almeida, manifestou, por sua vez, no final dos trabalhos, a sua convicção de que a oposição vai também subscrever esta proposta na Assembleia da República.

«Mas se não aprovar, não é drama nenhum, os municípios têm funcionado», adiantou o autarca aos jornalistas, ao sublinhar a vantagem de existirem «executivos homogéneos», submetidos ao controlo político e fiscalização das assembleias municipais.

### Fernando Valle internado

No final dos trabalhos, António Guterres deslocou-se aos Hospitais da Universidade de Coimbra para visitar o presidente honorário do PS, camarada Fernando Valle, insigne socialista e resistente antifascista, que ali se encontra internado na sequência de uma intervenção a um hematoma cerebral não pôde participar no jantar com que os socialistas o homenagearam na cidade.

## Conclusões

A Convenção Nacional de Autarcas Socialistas, reunida em Coimbra, analisou a proposta da «Reforma do Sistema Eleitoral do Governo Local» procurando, assim, cumprir um dos objectivos do XIV Governo Constitucional, bem como promover a melhoria das relações entre os cidadãos e as instituições políticas, ou seja, a qualidade da democracia.

Assumindo as virtudes dos actuais sistemas de eleição e de Governo, os Autarcas Socialistas reconhecem a necessidade de melhorar, no sentido do aperfeiçoamento, a fim de melhorar as condições de governabilidade e de eficiência na gestão autárquica, sendo necessário, para o efeito, eliminar tradicionais situações de bloqueio, sobretudo nos casos de maiorias relativas.

Neste contexto, na Convenção de Coimbra, os Autarcas Socialistas, em debate franco e plural, deliberaram aprovar um conjunto de recomendações a apresentar aos órgãos dirigentes do PS, como contributo para a elaboração da proposta de lei respeitante à reforma do sistema eleitoral do Governo Local.

1. Considerar que o Presidente do órgão executivo passará a ser o cabeça-de-lista mais votada na eleição para o órgão deliberativo;
2. Atribuir ao Presidente da Câmara a competência para constituir o órgão executivo, escolhido entre os membros do órgão deliberativo;
3. Submeter a equipa e o programa do Governo Local ao órgão deliberativo que sobre eles se pronunciará, aprovando-os ou rejeitando-os, neste caso por maioria expressa de dois terços;
4. Reforçar as competências de controlo e fiscalização política do órgão deliberativo, e viabilizar a sua participação mais efectiva no acompanhamento do executivo;
5. Consagrar a efectiva dotação dos meios materiais e humanos necessários e adequados ao exercício das funções do órgão deliberativo;
6. Considerar a eventual redução do número de vereadores do órgão executivo;
7. Institucionalizar a candidatura de cidadãos independentes, em lista própria, aos órgãos do município;
8. Apresentar a proposta de lei à Assembleia, de modo a criar condições para viabilizar a sua aplicação nas próximas eleições autárquicas.

# PORTUGAL SOCIALISTA



**NAS BANCAS**

INTERNACIONAL SOCIALISTA  
**SOCIALISTAS NO MUNDO**

**PARTIDO SOCIALISTA**

*Jantar dos 27 anos*

## GUTERRES APONTA O EXEMPLO DO CAMARADA FERNANDO VALLE

António Guterres garantiu no dia 29, em Coimbra, que enquanto for primeiro-ministro o Governo será sempre socialista, marcado pelos valores que o caracterizam.

«Não podemos aceitar que haja um governo do PS que não seja socialista», sublinhou, ao intervir esta noite no jantar comemorativo dos 27 anos do partido, na presença de mais de um milhar de participantes.

Na sua óptica, a matriz de solidariedade, de que é exemplo a vida do actual presidente honorário, Fernando Vale, «tem de estar espelhada no Governo e nas autarquias».

«O exemplo de Fernando Vale é aquilo que queremos», afirmou, em homenagem àquele fundador do PS, prestes a completar

100 anos, e com uma vida de médico dedicada aos cidadãos da zona de Arganil, a quem muitas vezes chegou a oferecer medicamentos para se poderem tratar.

Esses ideais - acrescentou - devem estar presentes na acção, e o Estado, e quem exerce funções governativas, deve ser «instrumento dessa solidariedade», para a garantia de oportunidades para todos.

António Guterres apelou à «confiança nas ideias e no projecto» socialista, em «fidelidade às raízes», ao exemplo dos fundadores.

«Estes 27 anos de vivências, valores e princípios dão força e entusiasmo para continuarmos. Não somos um partido para exercer o poder pelo poder», sublinhou.



**MADEIRA**

*PS saúda 1º de Maio*

Num comunicado de Imprensa intitulado «Viva o 1º de Maio», o PS/Madeira saudou a data histórica do 1º de Maio, «de grande significado político para os trabalhadores e suas organizações de classe, pelas conquistas sociais e económicas alcançadas, na procura de melhores condições de vida».

No comunicado, os socialistas da Madeira solidarizam-se «com todos os trabalhadores, as suas associações de classe» e recordaram igualmente «a memória dos mártires de Chicago e de todos quantos mantiveram acesa a chama do sindicalismo».

**V. N. DE FAMALICÃO**

*Encontro de mulheres socialistas*

As mulheres socialistas da Secção de Vila Nova de Famalicão do PS organizaram recentemente um jantar-convívio, no qual participaram muitas militantes e simpatizantes do PS, para além de presenças masculinas como Artur Lopes, presidente da Assembleia Municipal, e de André Costa, secretário-coordenador da JS de Famalicão.

O défice de mulheres nos centros de decisão foi a nota dominante nos breves discursos de diversos oradores que puseram ainda o acento tónico no facto de apesar de haver igualdade legal entre homens e mulheres, a discriminação continuar a ser um flagelo de que são alvo as mulheres, nomeadamente no seu local de trabalho.

**Concelhia de Lisboa e FAUL promovem debate**

Tema

***Nova proposta de Lei da Droga***

Dia 4 de Maio, Hotel Zurique, Lisboa

Presença do camarada Vitalino Canas, secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros



SESSÃO SOLENE DO 25 DE ABRIL

Helena Roseta

## PROMESSAS DOS TRÊS «D» NÃO ESTÃO ESGOTADAS



**H**á datas que dividem o tempo em duas partes: o antes e o depois. O dia 25 de Abril de 1974 é uma delas. Marcou a vida de um povo e mudou, naqueles que o vivemos, a vida de cada um de nós.

Perguntam-nos às vezes os mais novos: para quê celebrar esta dia? E, sobretudo, porque fazê-lo com uma sessão que aqui reúne os órgãos de soberania? Celebrar a memória colectiva é um acto de cultura. E recordar aqui a data em que decorrem 25 anos sobre as eleições para a Assembleia Constituinte é sermos fiéis à própria razão de ser desta casa. Por duas razões: em primeiro lugar, porque celebramos a festa que foi esse dia, o entusiasmo e a alegria com que os portugueses acorreram maciçamente às urnas para exercer a liberdade recém-alcançada. Em segundo lugar, porque esse foi também o dia que as mulheres portuguesas alcançaram pela primeira vez o direito ao sufrágio universal, condição da igualdade na cidadania que a Constituição de 76 viria a consagrar.

O 25 de Abril foi antes de mais o resultado da acção dos capitães de Abril. Não lhes devemos apenas o acto heróico do derrube de uma ditadura obsoleta, devemos-lhes muito mais. Cumprindo a promessa feita, os militares de Abril souberam devolver a soberania ao povo português. E ao fazê-lo deitaram por terra velhas teorias que vaticinavam a existência de três impossibilidades: a de que uma revolta militar pudesse desembocar num Estado de Direito; a de que os militares aceitassem entregar o poder nas mãos de civis, e a de que um país pobre fosse capaz de alcançar a democracia. Faltavam-nos, como alguém disse em 73, «400 anos de relva inglesa». Enganaram-se os teóricos e enganaram-se os situacionistas de Caetano. Apesar das dificuldades, das discórdias e da extraordinária explosão de energia popular que acompanhou o acordar da consciência colectiva, o MFA conseguiu honrar a sua palavra. E se o 25 de Abril de 74 não teria sido o que foi sem a coragem lúcida de Salgueiro Maia, o 25 de Abril de 75, data das primeiras eleições, talvez não tivesse sido possível sem a acção inteligente e mediadora de Melo Antunes. A História se encarregará de apurar, melhor do que eu, quanto Portugal lhes ficou a dever.

Quero também saudar aqui hoje o Presidente da República, homem da geração que fez o 25 de Abril. Pelas suas convicções e pelo seu combate, antes e depois desse dia; pela sua contribuição para a instauração e consolidação da democracia no nosso país; pelo seu profundo patriotismo e pela forma digna e firme como tem desenvolvido as suas altas funções e representado Portugal dentro e fora das nossas fronteiras; finalmente, pelo seu rigor ético e pela extrema sensibilidade às injustiças e desigualdades, que tem continuado a combater, por tudo isto apraz-



me, em nome da bancada do Partido Socialista, saudar Vossa Excelência e através de si todo o povo português. Há quem sustente que o 25 de Abril está incompleto. Permitam-me que discorde. No essencial e para lá das peripécias de um percurso que não foi fácil, o programa do MFA está cumprido. Recordemos os famosos três «D» que o enformavam: democratizar, desenvolver, descolonizar. Em qualquer destas três direcções, é imenso o caminho percorrido. Derrubada a ditadura, ultrapassaram-se as fases de transição, vencendo as tentações anarcopopulistas e alcançando a instauração de um Estado de Direito. Do país «orgulhosamente só» de 1974, Portugal transformou-se numa democracia estável, respeitadora dos Direitos Humanos, com base numa Constituição pioneira na sua definição e que ainda hoje suscita, nessa matéria e na organização do regime e do Estado, um largo consenso. De país pobre e atrasado, com larguíssimas taxas de analfabetismo e centenas de milhar de emigrantes que escapavam à miséria, tornámo-nos em Estado-membro da União Europeia, com níveis de vida muito superiores aos de 74 e com direitos políticos, económicos e sociais crescentemente reconhecidos. De país colonial, atolado numa guerra sem solução, passámos a país amigo, parceiro das novas independências, terra de

acolhimento de mais de 600 mil retornados que aqui refizeram as suas vidas a partir de 76, contribuindo para o desenvolvimento e modernização da nossa economia. Completaram-se, assim, vários ciclos. O da democratização, o primeiro «D», iniciado com as eleições de 75 e concluído em 82, com a criação de um Tribunal Constitucional civil em substituição da tutela militar transitória do Conselho da Revolução; o desenvolvimento, o segundo dos «D», cumprindo a transição do subdesenvolvimento até à integração europeia, a que nos candidatámos pela mão de Mário Soares, que também nesta data quero saudar pelo papel essencial que desempenhou. E o da descolonização, que só se encerrou em 1999, com a devolução pacífica e negociada de Macau à soberania da China e com a extraordinária lição de coragem e apego à liberdade dada pelo povo de Timor.

É certo que as promessas contidas nos três «D» não estão esgotadas. Nem os problemas estão todos resolvidos. Não está por isso concluída a tarefa de levar o 25 de Abril mais longe. É que o 25 de Abril é mais do que uma data charneira. É o dia que desabrocha, em estado nascente, o movimento colectivo que haveria de modernizar e transformar Portugal no que somos hoje. Em momentos raros, como esse, o futuro irrompe no presente e tudo é possível, porque tudo está de novo em

aberto. É por isso que são momentos de euforia e entusiasmo colectivos. E é também por isso, porque trazem em si uma abertura primordial, que são datas portadoras de futuro.

Que sentido têm, à luz do mundo actual, em pleno ano 2000, as generosas promessas de Abril?

Que significa «democratizar» num mundo globalizado, em que aquilo a que já se chamou ditadura dos mercados financeiros se sobrepõe ao poder dos Estados e dos povos? Que quer dizer «desenvolver» num tempo em que a humanidade é duas vezes mais desigualitária que há quarenta anos atrás, apesar do crescimento económico mundial nunca ter sido, nesse intervalo, inferior ao da população? E que sentido dar à palavra «descolonizar» num tempo em que o pensamento único identifica, como afirmou Peter Drucker, mundo globalizado com mundo ocidentalizado?

Começemos pelo «democratizar». Vivemos hoje um extraordinário paradoxo. Numa altura em que se desfez a alternativa ao modelo capitalista e em que países de Leste, economias emergentes e povos oprimidos de todas as latitudes aspiram por construir Estados democráticos, a democracia representativa dos países ocidentais atravessa uma crise profunda.

Crise que se manifesta em três planos distintos: na representação política, com o descrédito sobre os políticos, que alimentam expectativas muitas vezes superiores ao que podem chegar a realizar e cujo papel vem sendo manchado por casos de corrupção ou tráfico de influências; na participação, com níveis de abstencionismo eleitoral crescentes, apesar de ao mesmo tempo se assistir à proliferação de movimentos associativos e de protesto, que por vezes derivam para fenómenos populistas ou mesmo xenófobos, no vínculo social e político, com o endeusamento do individualismo consumista e a fractura social provocada por novas e velhas exclusões.

A todas estas transformações não é estranha a explosão tecnológica e mediática das últimas décadas e, em particular, a imposição do discurso televisivo dominante, com a correspondente espectacularização da informação. O espaço público virtual dos «media» sobrepôs-se ao espaço público da cidadania. A aceleração do tempo e a transformação da notícia em produto de consumo induzem novos comportamentos por parte dos responsáveis políticos. A temporalidade da acção política é distinta da vertigem noticiosa. A «democracia de emoção», comandada pela reacções instantâneas aos acontecimentos da agenda mediática, em perene desfile, substitui a reflexão. A impaciência mediática, como diz a filósofa Sylvianne Agacinski, dá-se mal com a necessária paciência democrática. As medidas são substituídas pelo seu anúncio, a conjuntura

## LIBERDADE DE EXPRESSÃO

ocupa o centro do debate em prejuízo das reformas estruturais que exigem outra profundidade de análise.

As relações entre os políticos e os «media» estão no coração das novas exigências da democracia. Não bastam novas leis para renovar o sistema político. É preciso ir mais fundo. A democracia do nosso tempo é, mais do que nunca, uma democracia complexa, para cada problema haverá sempre múltiplos olhares que é preciso ter em conta. Terminou o tempo das leituras simplistas, maniqueístas. Não podemos prescindir da utilização inteligente dos novos modos de expressão e comunicação que estão ao nosso alcance. Nem fechar os ouvidos à vontade de participação que os cidadãos manifestam das mais diversas formas. Nem ainda adiar a entrada significativa das mulheres para os cargos de decisão a que têm direito. Temos, nesta Assembleia,

particulares responsabilidades. Porque somos, de todos os órgãos de soberania, o mais exposto à curiosidade mediática. Mas também porque este é o mais plural dos espaços de poder político entre nós.

É tempo de passarmos ao segundo «D». Que significa desenvolver Portugal, no contexto semiperiférico, embora europeu, que ainda é o nosso? Como fazer frente aos desafios da chamada «nova economia»? E como combater, ao mesmo tempo, a ameaça ecológica e a exclusão social, garantindo um desenvolvimento, como agora se diz, sustentável e inclusivo? Penso que a resposta a estas múltiplas questões passa por uma outra, essencial: a do papel do Estado enquanto garante de condições de igualdade de direitos e oportunidades para todos os cidadãos. Esta é uma das questões em que o consenso constituinte mais rapidamente se desfez. A ideia de um Estado motor do desenvolvimento, corrente nos anos 70, e que em Portugal se exprimiu pela constitucionalização de uma enorme intervenção do Estado na organização económica, foi substituída teses ultraliberais dos anos 80. Foram elas que abriram caminho à desregulação e à implantação da globalização financeira como hoje a conhecemos. Foram também elas que procuraram e ainda procuram desmantelar os Estados-Providência herdados da tradição humanista europeia. Numa economia pequena e dependente como a nossa, a alteração radical do papel do Estado num tão curto espaço de tempo - de autoritário a revolucionário e de revolucionário a liberal, em pouco mais de dez anos - e a posterior abertura aos mercados, em simultâneo com a entrada de substanciais fundos comunitários, acabou por se traduzir numa espécie de desenvolvimento do avesso. Abandonaram-se sectores produtivos tradicionais, com consequências na desertificação do território. E o próprio Estado absorveu grande parte das ajudas comunitárias para financiar acessibilidades longamente adiadas. Ainda hoje assistimos ao paradoxo de ver os maiores defensores da «mão invisível» dos mercados serem os mais ferozes paladinos da intervenção económica do Estado, através de subsídios, à primeira dificuldade.



### Há bens cujo o acesso só o Estado pode garantir a todos

Se não negamos a falência de concepções burocratizantes do papel do Estado na economia, tal como eram encaradas na década de 70, não é menos evidente que há bens cujo acesso só o Estado pode garantir a todos. Falo designadamente dos bens sociais, como a saúde, a educação, a segurança social. Também é claro que num mundo cada vez mais competitivo cabe ao Estado um papel regulador de que não pode demitir-se. Os próprios equilíbrios e consensos sociais passam cada vez mais pelo papel mediador do Estado. A defesa do território e da paisagem, ameaçados por modos de produção poluentes e predadores, também não dispensam uma activa vigilância do Estado. A multiplicidade de papéis e tarefas que se pedem ao Estado moderno não pode ser ignorada. E a necessidade de salvaguardar a sua independência perante pressões económicas de escala por vezes planetárias exige que as suas decisões, em particular na área económica, sejam transparentes e compreendidas pelos cidadãos, sob pena de assistirmos a formas encapotadas de «privatização do Estado» que não podem deixar de ter efeitos perversos na democracia.

A chamada «nova economia» também interpela o papel do Estado. A vertigem da expansão das novas redes de telecomunicações a todo o planeta abre perspectivas de mercado exponencialmente multiplicadas. A Internet, em 1999, chegava apenas a 2 por cento da população mundial. Como garantir a todos, desde a base, o acesso a este novo e poderoso meio de conhecimento e poder? Como levar a cabo uma verdadeira reforma do saber, a partir da acessibilidade

a uma quantidade nunca vislumbrada de dados e informações?

É à escola que cabe o primeiro passo. Esta é talvez uma das maiores reformas de fundo que está a ser feita em Portugal, sem grande alarido mas com enormes consequências no futuro. Mas, atenção: não basta garantir aos jovens o acesso à Net para fazer de Portugal um país da «nova economia». Há que preparar saberes, competências e meios em todo o mundo empresarial. Há que lutar por conteúdos em português para salvaguardar a nossa língua e cultura seculares. E há que aprofundar o papel dos mediadores: professores, pais, jornalistas, agentes culturais. A Net, sozinha, não fará bons cidadãos. A igualdade e a fraternidade são construções humanas, não o resultado automático de um qualquer processo tecnológico, por mais aliciante que ele seja.

Desenvolver passa necessariamente por uma melhor gestão e distribuição dos nossos recursos. Talvez, dentre eles, o pior distribuído seja o tempo. Enquanto uns vivem no frenesim dum quotidiano que não lhes deixa sequer espaço para descansar, outros, em particular os desempregados e os reformados, têm muitas vezes um tempo que não lhes é útil nem valorizado pela sociedade. Um processo de desenvolvimento sustentável e justo não dispensa uma profunda reflexão sobre a forma como partilhamos o tempo. O que nos é dado e o dos outros. Já há países e meios laborais onde se discutem não apenas a redução dos horários de trabalho, mas a ideia de «tempo total», incluindo nele a formação e o transporte: já repararam na profunda desigualdade que se instalou no nosso país entre urbanos e suburbanos, uns a minutos do trabalho ou emprego, outros desperdiçando todos os dias horas preciosas que ninguém lhes paga e que são

roubadas ao lazer e à família? Como pedir a quem gasta três horas por dia no trânsito que participe mais, intervenha mais ou se interesse mais pelos problemas dos outros? Chego ao fim do tempo e do discurso para me deter rapidamente no terceiro «D» - descolonizar. Que sentido tem ele hoje, num mundo unipolar? E que papel têm pequenos Estados como o nosso, fundados na legitimidade democrática, quando os grandes poderes têm uma escala planetária e o poder político está organizado à escala nacional? Há quem defenda que, na actual configuração geopolítica, o Estado Nação terá como missão legitimar e vigiar os mecanismos de governo supranacionais. A necessidade de assegurar o lugar do seu país no mundo impõe-se ainda mais aos pequenos países. O desenvolvimento económico e social num mundo aberto não se pode conceber à escala proteccionista de cada país. Mas também não tem que necessariamente passar pelo estabelecimento de relações de troca cada vez mais desiguais no contexto internacional. Por isso, o primeiro-ministro tem defendido a necessidade de reformar organismos internacionais criados para apoiar o desenvolvimento mundial, mas tantas vezes transformados em simples executores do pensamento único, como o FMI e o Banco Mundial. Também na ONU se imporá a criação de uma espécie de Conselho de Segurança Económica, capaz de contrabalançar os efeitos devastadores da globalização financeira nas economias mais frágeis. A taxa «Tobin» é outro exemplo de um mecanismo que pode ser criado para evitar as novas formas de colonização e dependência - que são financeiras, culturais e tecnológicas. O exemplo da contracmeira de Seattle, onde redes de associações as mais diversas fizeram frente a uma reforma da OMC desfavorável aos países mais pobres, está aí como exemplo daquilo que a democracia do ano 2000 nos solicita: a capacidade de sermos actores «glociais», isto é de lutarmos em várias escalas ao mesmo tempo, pela renovada modernidade do projecto de combate às injustiças e a desigualdades.

Finalmente: descolonizar, para um país que só agora encerra o seu multissecular ciclo colonial, também significa assumir a herança da História sem complexos nem tardias culpabilizações. Como disse o Sr. Presidente República no Brasil: «Somos responsáveis pelo nosso tempo. O passado herdámo-lo. Devemos entendê-lo para transformar o presente.» Descolonizar, hoje, é ainda basear o nosso relacionamento com os países independentes saídos das ex-colónias na amizade entre os povos. Amizade que não pode ser subordinada a quaisquer razões de Estado que não sejam as que derivam da nossa obrigação de respeitar e promover os Direitos Humanos.

Na madrugada de 25 de Abril de 1974, uma canção de Zeca Afonso deu-nos o mote da revolução. Passaram 26 anos. Parece que foi ontem. Mas foi sobretudo o futuro que nesse dia se abriu para todos nós. É esse futuro que no século XXI nos continua a interpelar.

Discurso proferido na sessão solene da Assembleia da República, comemorativa do 25 de Abril em representação do Partido Socialista



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

**Bienal em Cascais**

A Câmara Municipal e a Associação Portuguesa de Arte Fotográfica realizam, até 15 de Junho, a I Bienal de Fotografia de Cascais.

De Cascais a São Domingos de Rana, do Grande Hotel - Monte Estoril à Junta de Freguesia de Alcabideche a fotografia vai «invadir» Cascais.

A Bienal de Fotografia decorre ao longo de mês e meio, em 15 espaços diferentes por todo o concelho e contará com trabalhos de fotógrafos como Bernard Plossu, Josef Koudelka, Neal Slavin, Sebastião Salgado, Gerard Castello Lopes, José Manuel Rodrigues, Rita Barros, Adriano Miranda, entre outros.

Para além das exposições realizar-se-á um conjunto de *workshops* de sensibilização à fotografia especialmente vocacionados para a população jovem estudantil do concelho.

**Cinema em Coimbra**

«No Olhar (D)as Mulheres» é o ciclo de cinema dedicado ao sexo feminino que decorre, até ao dia 20, no Teatro Académico de Gil Vicente.

Em exibição, às 18 horas e às 21 e 45, estarão as películas «O Diabo é Uma Mulher», «A Bela de Dia», «Uma Mulher Sob Influência», «Retrato de Uma Senhora», «A Rainha Margot», «A Rainha da Noite», «Um Divã em Nova Iorque» e «Mrs. Dalloway». «Exercício Artístico» é uma exposição de pintura, escultura e cerâmica promovida pela Escola de Tecnologias Artísticas de Coimbra, apresentando trabalhos dos alunos realizados nos ateliers das respectivas licenciaturas, complementando o Ciclo de Conferências da Culturarca organizado pela Associação de Estudantes desta Escola.

A mostra poderá ser visitada, até ao dia 7, na Casa Municipal da Cultura, mais precisamente, nas Galerias do Átrio e do Jardim.

**Música em Fafe**

Amanhã realiza-se um concerto para jovens pela artista Andrea Marques (harpa), no Estúdio Fénix, a partir das 15 horas.

No mesmo dia, arranca o curso «Iniciação à Música Electrónica», dirigido por António Feio, da iniciativa da Academia de Música José Atalaya/Escola Secundária de Fafe/CEFAE-Fafe, curso que se prolonga pelo fim-de-semana.

Finalmente, na noite de amanhã, no Estúdio Fénix, realiza-se mais um concerto do ciclo «Música em Diálogo», com a participação dos artistas Elizabeth Davies (percussão e improvisação, com vibrafone, marimba, tímboles, bongós, caixa e pratos, entre outros instrumentos), Andrea Marques (harpa e improvisação) e António Feio (guitarra sintetizada).

Serão interpretadas obras de Bach, Roberto Sierra, H. Alvarez, W. Tauber, José Atalaya e António Feio.

**Filme em Faro**

«O Inspector Gadget» de David Kellogg, com Matthew Broderick e Rupert Everett, será exibido, hoje, no Cinema Santo António.

**Concertos em Lisboa**

Algumas das composições de Dimitri Chostakovitch serão recriadas hoje e amanhã, às 21 e 19 horas, respectivamente, pela Orquestra Gulbenkian, sob a direcção do maestro Muhai Tang, no Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian. O Grande Auditório do Centro Cultural de Belém foi o local escolhido para a interpretação de «Al Ayer Español». Trata-se de um conjunto de «cantatas» espanholas do século XVII recriadas pela soprano Marta Almajano, este domingo, dia 7, pelas 21 e 30.

Os amantes do jazz poderão apreciar o quarteto de bateria «Pieces of Time», no mesmo horário e local, dois dias depois (terça-feira, 9 de Maio).

**Vitrals na Marinha Grande**

A mostra de pintura de Gama Dinis, «A Verónica», encontra-se patente ao público, na Casa Alpendrada, até ao dia 15. Até ao dia 31 de Agosto poderá apreciar a exposição Vitrals Quatrocentistas do Mosteiro da Batalha», no Museu do Vidro - Palácio Stephens.

No percurso da visita haverá a projecção de um filme a três dimensões sobre a história, a técnica e as artes do vidro. A mostra pode ser visitada de terça-feira a domingo, entre as 10 e as 18 horas.

**Gastronomia em Montemor-o-Velho**

«Entre Doces Amores» é a designação de uma iniciativa que alia gastronomia a património e que decorre durante todo o dia de sábado.

Assim, a partir das 10 horas do dia 6, no Castelo, assista à inauguração da exposição «Baixo Mondego/Brasil 2000». Uma hora e meia mais tarde será a altura ideal para provar queijadas na Vila de

Pereira, durante a visita ao Convento das Ursulinas.

Na mesma vila, mas desta feita no Celeiro dos Duques de Aveiro, haverá paragem para o almoço cuja ementa inclui sopa de legumes, arroz de feijão com pervinga frita e chanfana, barrigas de freira, arroz-doce e torta de ovos.

A terminar a visita à Vila de Pereira temos «As Maias/Vamos Namorar à Soleira da Portas», pelas 15 horas.

Também este sábado, na Freguesia de Liceia, poderá desfrutar do V Concurso de Fado Amador do Concelho de Montemor-o-Velho, às 21 horas.

**Karaté em Portimão**

A mostra «Alcalar - Pré-história em Portimão» estará patente ao público, na antiga Fábrica de Conservas Feu, até Outubro.

A partir de hoje e até ao sábado, dia 6, decorrem as Jornadas de História Ibero-Americana.

Amanhã não perca a inauguração da exposição «O Descobrimento do Brasil», que ficará aberta ao público, até ao dia 28, na Casa Manuel Teixeira Gomes.

O Torneio Concelhio de Karatê começa, também amanhã, no Pavilhão Gimnodesportivo.

Para os amantes do fado decorre no sábado, no Clube União Portimonense, um concurso e o «Baile de Maio».

No domingo, Dia da Mãe, a Biblioteca Municipal exhibe a mostra temática «Criança: Por ti, sou Mãe!».

**Espectáculos no Porto**

Na próxima segunda-feira assista, no Rivoli Teatro Municipal, ao Salão de música Satyajitray, um espectáculo a cargo de Sharmila Roy.

Dois dias depois, quarta-feira, o mesmo o Rivoli será palco do «Berlín, Sinfonia de Uma Capital Walther Ruttmann».

**Dissertação em Sintra**

O «Ciclo de Conferências de Ferreira de Castro» termina amanhã, pelas 18 horas, no Museu Ferreira de Castro, com a participação de António Cândido de Franco, que dissertará sobre «A Selva».

SUGESTÃO

Popcorn

Uma peça teatral premiada. Um *thriller* satírico em torno da figura de um realizador do género subversivo de Quentin Tarantino, cuja arte é usada por um casal de assassinos como justificação para os seus crimes.

Assim se resume e define «Popcorn», em cena no Teatro Villaret (Avenida Fontes Pereira de Melo - Picoas), até ao dia 2 de Junho, de terça-feira a domingo, pelas 21 e 30.

«Popcorn» é uma obra da autoria de Ben Elton, com encenação de António Feio - o Zé-zé da série humorística televisiva «Conversas da Treta» - que também actua ao lado de Helena Laureano, José Neves, Carla de Sá, Joel Constantino, Leonor Alcácer, Marco Horácio, Joana Seixas e Isabel Simões.

A cenografia e os figurinos de «Popcorn» estão a cargo de Isabel Worm.

Os amantes do teatro de sátira têm nesta peça um convite irrecusável, os admiradores das «Conversas da Treta» têm mais uma oportunidade de apreciar o desempenho de António Feio, no género em que melhor se enquadra.

Os bilhetes (entrada 3000 escudos - jovens e terceira idade 2000 escudos) estão à venda no local do espectáculo, bem como na FNAC, ABEF, Alvalade, Ticket Line e MB.

**POEMA DA SEMANA**

Seleção de Carlos Carranca

**Retorno**

- Quem é? Quem vem?  
À porta não estacou  
e todos pela mesa olham pasmados.

Só eu animo a voz:  
- Olhem quem vem! Reparem quem voltou!  
Rolam silêncios lundos e pasados.

Imóvel, no meu barco de luar,  
os meus olhos venceram as ramadas.  
Música longa... Um sino a palpar.  
Calçadas e calçadas...  
Presépios com pastores de palmo e meio.  
Velas que são faróis... Cresceu a bruma.  
Deitem-me assim, num jeito de criança.  
e envolvam-me de espuma.

- Olhem quem vem! Reparem quem voltou,  
que tem os braços que eu gritei além!  
- Vou com ele, não volto, minha Mãe!

Vou com ele nos uivos da tormenta,  
com ele vou pregada na paixão  
Medo de quê? Oceanos azulados...  
Medo de quê? Neblinas e canções...  
- Dentro do Espaço adoçam-se pecados  
e morrem solidões.

Sem braços me tomou na posse enorme.  
Roçou-me os lábios, frio, sem ter boca.  
Ele é quem diz: - Sossega, dorme, dorme...  
E nunca mais me toca!

Às tardes, mesmo ao longo dos casais,  
cegos: falas de gestos a ninguém...

- Quem é? Quem vem?  
Para sempre me tomou...

- Vou como ele, não volto, minha Mãe!

**Natércia Freire**

In «Horizonte Fechado»

CNB Companhia Nacional de Bailado

**«SAVALLIANA»**

Estreia absoluta

Rui Lopes Graça - coreografia  
Rui Vieira Nery - selecção musical

5 e 6 de Maio, 22 horas  
6 e 7 de Maio, 16 horas  
Rivoli Teatro Municipal - Porto



## A BOLSA, O EURO, A INFLAÇÃO E A EQUIDADE

**1.** A criação da nova bolsa europeia, agregando as bolsas de Londres e de Frankfurt vem marcar um passo significativo na integração e dinamização do sistema financeiro europeu. A conjugação de esforços da principal bolsa do euro e da principal bolsa europeia exterior ao euro situará a capital bolsista da Europa no eixo Londres-Frankfurt. Representará, ainda, um avanço significativo no sentido da participação futura do Reino Unido no espaço do euro, faltando a adesão popular que por ora mingua em Inglaterra, já que os meios económicos e financeiros britânicos são claramente favoráveis à integração no euro.

2. A evolução política grega, bem como a evolução da situação financeira permitem que o novo Governo helénico, recomposição parcial do anterior Executivo Socialista de Costa Simitis, proponha a integração da Grécia no euro, alargando este importante espaço monetário a um

país de grande relevância cultural e estratégica, mediterrânico e balcânico.

3. Entretanto, em Portugal, algumas reivindicações legítimas de carácter social misturam-se com propostas quantitativas que poderiam ter um efeito nefasto sobre a inflação. Ora, um aumento descontrolado da inflação provocaria efeitos negativos quer no desejável equilíbrio orçamental quer na possível indução de uma espiral de preços que poderia abafar ou descompensar aumentos de salários que entretanto tivessem sido concedidos, sem relação directa com os aumentos de produtividade nem com a criação de riqueza nos sectores respectivos.

4. A questão das pensões degradadas da função pública, ontem debatidas na Assembleia da República, levanta o importante tema da superação da situação injusta que o sistema retributivo aprovado pelo Governo de Cavaco Silva para a função pública criou. Para ultrapassar as

distorções então introduzidas, é necessário que o Governo aprofunde e complete os elementos quantitativos que permitam precisar a situação actual, enviando ao Parlamento uma proposta de adequada lei. E essa superação da degradação actual deve-se-à basear em critérios precisos, cumprindo-se gradualmente a partir de 2000, «garantindo a resolução de novas situações injustas a que importa pôr cobro», como se escreve na proposta de resolução apresentada pelo PS no plenário da Assembleia da República.

5. A reparação das injustiças criadas pelo cavaquismo aos aposentados da função pública, um novo fortalecimento da concertação social e o reforço do sistema financeiro e monetário europeu são componentes indissociáveis de uma estratégia política, económica e social que potencie o desenvolvimento e reforce a solidariedade, com equilíbrio financeiro, no espaço europeu.

«Recuso a ideia de um País em que os direitos sociais sejam considerados um luxo cujo exercício fique reservado para épocas de prosperidade. Preocupa-me a dimensão das desigualdades»

**Jorge Sampaio**  
Assembleia da República,  
25 de Abril

«Portugal apresenta graus de desigualdade na distribuição dos rendimentos sem paralelo em qualquer outra sociedade europeia»

**Idem, ibidem**

«O centrismo, dizia ele (Maurice Duverger), tende a tornar mais ténue, mais obscura e menos visível a fronteira que separa as opções fundamentais»

**Alfredo Barroso**  
Expresso, 29 de Abril

«O leninismo fez em Portugal a sua última experiência de conquista do poder»

**Edmundo Pedro**  
Expresso, 29 de Abril

«O PCP por todos os meios tenta causar agitação social»

**António Guterres**  
Convenção Nacional Autárquica do PS, 29 de Abril



Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

|         |                 |
|---------|-----------------|
| Cheque  | Vale de correio |
| 6 meses | 12 meses        |
| Valor   | \$              |

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

| ASSINATURAS       | 6 MESES 2 NÚMEROS | 12 MESES 4 NÚMEROS |
|-------------------|-------------------|--------------------|
| Continente        | 500\$             | 800\$              |
| Regiões Autónomas | 700\$             | 1.200\$            |
| Macau             | 1.300\$           | 2.400\$            |
| Europa            | 1.500\$           | 2.900\$            |
| Resto do Mundo    | 2.300\$           | 4.400\$            |

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

|         |                 |
|---------|-----------------|
| Cheque  | Vale de correio |
| 6 meses | 12 meses        |
| Valor   | \$              |

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

| ASSINATURAS       | 6 MESES 26 NÚMEROS | 12 MESES 52 NÚMEROS |
|-------------------|--------------------|---------------------|
| Continente        | 1.650\$            | 3.250\$             |
| Regiões Autónomas | 2.400\$            | 4.600\$             |
| Macau             | 4.600\$            | 9.100\$             |
| Europa            | 5.500\$            | 10.800\$            |
| Resto do Mundo    | 8.500\$            | 16.600\$            |

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director  
**Fernando de Sousa**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo  
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz